
MESA DA ASSEMBLÉIA

- 1 - DELIBERAÇÃO DA MESA
- 2 - ATA
- 2.1 - 88ª Reunião Ordinária de Debates
- 3 - ORDEM DO DIA
- 3.1 - Plenário
- 4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES
- 5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

DELIBERAÇÃO DA MESA

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.393

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Resolução nº 5.100, de 29/6/91, modificada pelo art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Rêmoló Aloise, a vigorar a partir de 25/2/97, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.278, de 27/12/95, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete	AL-39
Técnico Executivo de Gabinete	AL-39
Assistente Técnico de Gabinete	AL-29
Assistente Técnico de Gabinete	AL-29
Supervisor de Gabinete	AL-25
Assistente de Gabinete	AL-23
Secretário de Gabinete	AL-18
Auxiliar de Gabinete	AL-13
Atendente de Gabinete	AL-05
Atendente de Gabinete	AL-05
Atendente de Gabinete	AL-05
Atendente de Gabinete	AL-05
Atendente de Gabinete	AL-05
Atendente de Gabinete	AL-05
Atendente de Gabinete	AL-05
Atendente de Gabinete	AL-05

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 19 de fevereiro de 1997.

Romeu Queiroz, Presidente - Clêuber Carneiro - Francisco Ramalho - Geraldo Rezende - Elmo Braz.

ATA

ATA DA 88ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEBATES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 1997

Presidência do Deputado Geraldo Rezende

SUMÁRIO: COMPARECIMENTO - ABERTURA - 1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE): 1ª Fase: Ata - Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 1.087 e 1.088/97 - **Comunicações:** Comunicação do Deputado Wilson Pires - **Oradores Inscritos:** Discurso do Deputado Marco Régis - **2ª Fase: Abertura de Inscrições - Leitura de Comunicação Apresentada - ENCERRAMENTO.**

COMPARECIMENTO

- Comparecem os Deputados:

Geraldo Rezende - Elmo Braz - Ivo José - Adelmo Carneiro Leão - Ajalmar Silva - Antônio Roberto - Bilac Pinto - Dimas Rodrigues - Elbe Brandão - Geraldo Santanna - Gilmar Machado - Gil Pereira - Hely Tarquínio - Ibrahim Jacob - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - Marco Régis - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Péricles Ferreira - Roberto Amaral - Simão Pedro Toledo - Wanderley Ávila - Wilson Pires - Wilson Trópia.

ABERTURA

O Sr. Presidente (Deputado Geraldo Rezende) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE)

1ª Fase

Ata

- **O Deputado Ivo José**, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - Não havendo correspondência a ser lida, a Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para a 1ª Fase do Pequeno Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 1.087/97

Declara de utilidade pública o Centro Nacional de Formação Tristão de Athayde - CENAF -, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Centro Nacional de Formação Tristão de Athayde - CENAF -, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de de 1997.

Miguel Martini

Justificação: Em homenagem ao ilustre brasileiro Alceu Amoroso Lima, fundou-se o Centro Nacional de Formação Tristão de Athayde - CENAF.

Escritor insigne, o homenageado usou o pseudônimo Tristão de Athayde. Nasceu no Rio de Janeiro e ali formou-se pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, em 1913. Grandes realizações o distinguiram. Entre elas podemos citar o pronunciamento de cursos e conferências e a publicação de obras extensas, em que alia o seu estilo claro e direto a uma sempre presente profundidade de análise. Foi crítico, educador e pensador. Sua obra ensaística e seu trabalho de crítica literária são exemplos importantes do que melhor se escreveu, no gênero, no País. Em 1969, recebeu o Prêmio Marie Moors Cabot da Universidade de Colúmbia, nos Estados Unidos.

A entidade em questão preserva e divulga o patrimônio intelectual, a herança do pensador e humanista Alceu Amoroso Lima, o que constitui importante fonte de pesquisa para a gente de letras. Empenha-se, ainda, em proteger interesses comunitários que dizem respeito ao meio ambiente e ao patrimônio artístico, arquitetônico e paisagístico.

A importância do CENAF, portanto, há de fazer com que esta proposição tenha a acolhida unânime dos nobres pares.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 195, c/c o art. 104, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.088/97

Declara de utilidade pública a Sociedade Dom Bosco de Comunicação de Belo Horizonte, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Dom Bosco de Comunicação de Belo Horizonte, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 20 de fevereiro de 1997.

Miguel Martini

Justificação: Comunidade é povo que vive, trabalha e caminha em busca de melhores condições de existência, e a prática educacional integra esses anseios.

Não será possível abrir-se mercado de trabalho se não levarmos em consideração todos os dados, não só mercadológicos, mas, sobretudo, educacionais e culturais, consentâneos com as necessidades de uma nação que cresce.

Esta Capital vem marcando sua presença no cenário do desenvolvimento do País,

notadamente na área da educação e da cultura.

A Sociedade Dom Bosco de Comunicação de Belo Horizonte nasce dando especial atenção à fundação e à manutenção de museus, bibliotecas e centros de lazer, às artes e à cultura em geral. Com isso, ela pretende concorrer, ainda que a médio e longo prazo, para o crescimento de Minas Gerais.

Com este projeto, desejamos, também nós, prestar apoio ao valioso trabalho empreendido pela instituição em causa.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 195, c/c o art. 104, inciso I, do Regimento Interno.

COMUNICAÇÕES

- É também encaminhada à Mesa comunicação do Deputado Wilson Pires.

Oradores Inscritos

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Marco Régis.

O Deputado Marco Régis - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesta oportunidade queremos registrar o nosso pesar e o do Partido Popular Socialista pelo falecimento do grande líder chinês Deng Xiaoping, ocorrido anteontem na China Continental, República Democrática da China.

Deng Xiaoping, sucessor de Mao Tsé-Tung, "O Grande Timoneiro", conduziu a China no momento em que a economia mundial passava pelo processo de globalização. Ele procurou recolocar o mundo chinês em uma economia de mercado sem sacrificar a ideologia apregoada pelo seu antecessor. Esse é um caminho que achamos de grande importância.

Queremos ratificar aqui, desta tribuna, um pronunciamento que fizemos no ano passado, no qual dissemos que a imprensa mundial e o capitalismo selvagem mundial vivem a apregoar o fim do socialismo. Isso é uma balela. Neste momento, gostaríamos de repetir o pensamento do saudoso Darcy Ribeiro, que dizia que o socialismo não morreu porque o capitalismo continua vivo. Se o capitalismo continua vivo, vamos ter do outro lado pessoas lutando contra a selvageria desse capitalismo. Por isso mesmo, prestamos homenagem ao grande líder chinês Deng Xiaoping, que realmente soube recolocar o seu país em uma economia mundial em mudança.

Não podemos viver de viseiras, sabendo que o mundo passa por transformações, sem assimilá-las. O meu partido não é extremamente radical, ele tem sabido se comportar no momento de mudanças mundiais. A prova é que contribuimos para o Governo Fernando Henrique Cardoso, cedendo de nossas hostes o nosso companheiro Raul Jungmann para ser Ministro da Reforma Agrária. Raul Jungmann está dando demonstração de que é possível fazer reforma agrária com um pensamento firme e correto, pensamento esse que adquiriu quando ainda era membro do Partido Comunista Brasileiro. Hoje, como militante do PPS no Ministério da Reforma Agrária, está dando uma contribuição inestimável à Pátria, ao sair do radicalismo e ficar entre o fogo cruzado do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e as balas atiradas pelos grandes latifundiários, fazendo uma reforma agrária sem ideologias.

Nós, que em momento algum de nossa vida fomos membros de algum grupo sectário e muito menos membro militante de algum partido comunista, defendemos aquele socialismo utópico que nasceu antes do Marxismo. Repudiamos o Marxismo dogmático e exaltamos o movimento utópico mundial. Neste momento em que a China perde Deng Xiaoping, esperamos que o povo chinês possa se reorganizar e continuar desenvolvendo a economia de mercado, baseado na ideologia do socialismo democrático. Muito obrigado.

2ª FASE

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Não havendo outros oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª Fase do Pequeno Expediente, compreendendo a leitura de comunicações e os pronunciamentos de Líderes inscritos. Estão abertas as inscrições para o expediente da próxima reunião ordinária.

Leitura de Comunicação Apresentada

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário da comunicação apresentada nesta reunião pelo Deputado Wilson Pires - falecimento do Sr. Geraldo Porto, em Teófilo Otôni (Ciente. Oficie-se.).

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - Não havendo outras comunicações a serem feitas, nem Líderes ou oradores inscritos para o Grande Expediente, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária de debates de segunda-feira, dia 24, às 20 horas. Levanta-se a reunião.

ORDEM DO DIA

DELIBERATIVA, A REALIZAR-SE EM 25/2/97

1ª Parte (Pequeno Expediente)
das 14 horas às 15h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência. Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.

Parecer da Comissão de Justiça sobre a constitucionalidade do Projeto de Lei Complementar nº 14/95, do Deputado Jairo Ataíde, que altera a redação do parágrafo único do art. 5º da Lei Complementar nº 33, de 28/6/94. O parecer conclui pela inconstitucionalidade do projeto.

Parecer da Comissão de Justiça sobre a constitucionalidade do Projeto de Lei nº 614/95, do Deputado Ronaldo Vasconcellos, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de São Francisco de Paula. O parecer conclui pela inconstitucionalidade do projeto.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 425/95, do Deputado Ermano Batista, que acrescenta o § 4º ao art. 48 da Lei nº 7.109, de 13/10/77, que contém o Estatuto do Pessoal do Magistério Público do Estado de Minas Gerais. O parecer da Comissão de Justiça, pela inconstitucionalidade do projeto, foi rejeitado pelo Plenário. A Comissão de Administração Pública opina pela rejeição do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 710/96, do Deputado Marcos Helênio, que torna obrigatória a publicação de relação dos estabelecimentos comerciais e industriais multados por poluição e degradação ambiental. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Meio Ambiente e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

221ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 18/2/97

O Deputado Ibrahim Jacob - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o PDT e o Brasil estão de luto. Perdemos ontem o Senador Darcy Ribeiro, figura iluminada, aspirante a "Imperador do Brasil", País que lutou por transformar durante toda a sua vida. Irreverente, polêmico, agressivo quando necessário, possuidor de uma cultura ímpar, respeitado nos meios acadêmicos da América Latina e da Europa, ele nos fará muita falta.

Apesar da doença que fustigava seus pulmões desde 1974 e que se generalizou, gozou a vida e usou a sua inteligência brilhante até o fim, não deixando de publicar ontem sua coluna das segundas-feiras nos jornais para os quais escrevia como colaborador. Ali defendeu, com a generosidade de sempre, o menino de rua. Disse que "se eu fosse favelado, queria ser menino de rua. Vida de menino de rua é outra coisa. Seu espaço é a rua mesmo. Cheia de carros bonitos, vitrines cintilantes, com mercadorias que não querem nem podem comprar, mas que são boas demais de ver. O roubo na rua também é mais fácil e mais rendoso. Suas vítimas são indefesas e têm mais o que dar, como jóias bem pagas pelo receptor e dinheiro vivo.

Há porém, um aspecto na vida dos meninos de rua que me parece atroz. É a exploração desenfreada deles por empresas multinacionais, produtoras de cola de sapateiro, que está envenenando seus pulmões e levando-os à doença e à inanição. O problema é perfeitamente sanável. Basta aprovar meu projeto de lei que manda colocar na cola uma substância que, em vez de torná-la desejabilíssima de cheirar para viciar as crianças, a torne repelente. A substância repelente pode perfeitamente ser volátil e desaparecer, uma vez exposta ao ar. Estarei atento. Você também precisa abrir o olho".

Vai-se com ele "não uma vida, mas uma explosão permanente de entusiasmo por uma gente brasileira, cuja dívida com Darcy Ribeiro tem a extensão da eternidade", nas palavras da jornalista Dora Kramer.

"Brasileiro imprescindível", "perseguidor da utopia por um Brasil melhor", "homem de idéias", "físico de intelectual e alma de cruzado", "bom de briga", são algumas das coisas que se dizem dele hoje.

Mineiro de Montes Claros, antropólogo pela USP, dono de um pensamento original sobre

os nossos índios, fundador do Museu do Índio, idealizador e organizador da UnB, Ministro da Educação no Governo de João Goulart, exilado no Uruguai em 1964, membro da ABL, idealizador dos CIEPs e da Universidade do 3º Milênio em Campos, no Rio de Janeiro, bem como do Sambódromo - utilizado não só para as festas carnavalescas mas também comportando 200 salas de aula que são ocupadas durante todo o ano letivo, Vice-Governador do Rio de Janeiro e Senador eleito pelo PDT em 1990, dono de extensa obra ensaística e literária de renome internacional, Darcy leva consigo um pedaço do Brasil.

Nossa tristeza. Nossa admiração. Nossas homenagens ao grande companheiro e amigo de tantas lutas trabalhistas e socialistas, com quem tivemos o privilégio de conviver por vários lustros. Herdeiros de suas esperanças, resta-nos fazer o possível para manter vivos seus sonhos e realizações.

O Deputado Roberto Amaral* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, distinto e seletto público que nos vê e nos ouve, representantes da imprensa, recebi, neste instante, a incumbência de fazer destas nossas palavras as palavras da Liderança do PTB.

O Brasil está de luto! Montes Claros chora. Os brasileiros, pela irreparável perda de uma das maiores inteligências do País neste século; os montes-clarenses, pelo infausto desenlace de um de seus filhos mais ilustres e mais queridos. Referimo-nos ao insigne Senador da República Darcy Ribeiro, antropólogo, escritor, pesquisador e político, que faleceu na tarde-noite de ontem, no Hospital Sarah Kubitschek, em Brasília, aos 74 anos de idade, vítima de complicações provocadas pelo terrível câncer com o qual se defrontou heroicamente por mais de 20 anos.

Esta Casa, representante e porta-voz dos sentimentos maiores de todos os mineiros, não poderia deixar de registrar a sua dor ante o doloroso acontecimento, quando perde o Brasil, perde Minas Gerais, perde Montes Claros e perdemos todos nós, brasileiros, um de seus maiores pensadores, idealistas e educadores de todos os tempos.

Filho de Reginauro Ribeiro e Josefina Silveira (Mestra Fininha), Darcy Ribeiro nasceu em Montes Claros, no dia 26/10/22, e ali mesmo fez o curso primário e o ginásio. Depois de uma tentativa frustrada de estudar Medicina em Belo Horizonte, fez o curso de Ciências Sociais na Escola de Sociologia Política de São Paulo, onde se formou e se especializou em Antropologia, aos 24 anos, em 1946. Isso lhe valeu uma colocação no antigo Serviço de Proteção ao Índio, onde trabalhou por 10 anos. Nesse período, fundou o Museu do Índio, no Rio, e elaborou o plano de criação do Parque Indígena do Xingu, em 1954.

A convite do então Presidente Juscelino Kubitschek, Darcy Ribeiro organizou e implantou a Universidade de Brasília (UnB), da qual foi também o primeiro Reitor (1962-1963). Foi, também, Ministro da Educação e Cultura do gabinete parlamentarista do Primeiro-Ministro Hermes Lima (1962) e Chefe da Casa Civil do Presidente João Goulart, em 1963 e 1964, quando teve seus direitos políticos suspensos por 10 anos.

No Uruguai, onde se exilou, Darcy Ribeiro ficou até 1968, voltando ao Brasil absolvido pelo STF. Preso em dezembro de 1968, com o AI-5, foi absolvido pelo STM, em setembro de 1969, sendo convidado a se retirar do País em 1970. Foi para o Chile e o Peru, retornando em dezembro de 1974 para ser operado de um câncer pulmonar, o que pôs fim a seu exílio político. Elegeu-se Vice-Governador do Rio, em 1982, e acumulou as funções de Secretário da Ciência e da Cultura. Implantou, então, os famosos Centros Integrados de Ensino Profissionalizante (CIEPs). Por fim, elegeu-se Senador da República pelo Rio de Janeiro, em 1990, cargo que exerceu com brilhantismo até o minuto final de sua vida.

O Deputado Gilmar Machado (Em aparte) - Nobre Deputado Roberto Amaral, gostaríamos de agradecer este espaço, no seu pronunciamento, para, como também o fez o Deputado Ibrahim Jacob, lamentarmos, em nome da Bancada do PT, a perda do grande homem público que é Darcy Ribeiro.

Tínhamos um outro assunto a tratar, referente às leis de diretrizes e bases da educação, mas não deixamos de reconhecer a importante contribuição dada por Darcy Ribeiro à vida nacional, parabenizando o nobre Deputado pelo seu pronunciamento.

O Deputado Roberto Amaral - Considerado, como antropólogo, um dos melhores do mundo, Darcy Ribeiro teve a oportunidade de conviver com índios do Mato Grosso, do Amazonas, do Xingu e da cordilheira dos Andes, o que lhe valeu o título de "Cidadão do Mundo", outorgado pela Sorbonne.

Como escritor e romancista, deixou uma vasta obra, onde se destacam "Maíra", "O Mulo", "Testamento", "Migo", "O Dilema da América Latina", "O Processo Civilizatório", "Os Índios e a Civilização", "A Universidade Necessária", "Aos Trancos e Barrancos", "Desafio Brasileiro", "Utopia Selvagem" e "O Povo Brasileiro", este, o seu último livro, completado e publicado recentemente, depois de uma cinematográfica e pitoresca fuga da UTI do Hospital das Clínicas de Brasília. Graças à riqueza de seus trabalhos literários, era membro da Academia Brasileira de Letras.

Como pessoa humana, poderíamos fazer nossas as palavras do arquiteto Oscar Niemeyer: "Era um homem tão bom, um brasileiro fantástico, cheio de idealismo. Era um amigo, um

irmão. É uma perda irreparável, vai fazer falta".

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o Brasil está de luto! E todos nós, brasileiros, choramos. Pediríamos que esta homenagem póstuma ao grande e inesquecível Senador Darcy Ribeiro seja registrada nos anais desta Casa, e que dela seja dada ciência ao seu irmão, o médico Mário Ribeiro; à sua cunhada, D. Jaci; aos seus sobrinhos, Frederico, Mário Ribeiro Filho, Marcos e Paulo, e às suas sobrinhas, Berta, Patrícia, Mônica e Márcia, assim como ao Senado da República e à Academia Brasileira de Letras, instituições que ele soube engrandecer com sua inteligência, talento, presença e participação. Estamos verdadeiramente de luto!

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Ivo José - Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje, fomos surpreendidos com notícias que preocupam muito a classe trabalhadora. Tanto o jornal "Estado de Minas" quanto o "Hoje em Dia" anunciam que a CENIBRA demitiu 254 trabalhadores em 5 cidades de Minas Gerais. São demissões em massa, que representam 10% do número de empregados da CENIBRA. Trazemos esse fato com preocupação, porque isso vem confirmar que o Governo do Sr. Eduardo Azeredo, através do Presidente da CENIBRA, Ziza Valadares, está voltando a mostrar suas garras, seguindo a política neoliberal, que demitiu, sumariamente, 254 trabalhadores.

A justificativa para as demissões é tornar o produto da CENIBRA mais concorrente em nível de mercado, uma vez que os seus concorrentes estão com o custo de produção inferior. Sabemos que a Bahia-Sul tem o custo da madeira inferior ao custo da produção da CENIBRA. A alternativa que encontram, neste momento, é apelar para o lado mais fraco, deixar pais de família sem emprego, justamente num momento de dificuldade, quando o desemprego é uma das maiores preocupações do nosso País. E, apesar da participação dos Governos japonês e brasileiro no capital da CENIBRA, prevaleceram novamente, os aspectos econômicos, num País onde os trabalhadores vivem o desespero do desemprego em massa.

Como subsidiária da Vale do Rio Doce, a CENIBRA persiste na demissão dos trabalhadores antes mesmo de se iniciar o processo de privatização da Vale. Isso, além de mostrar, novamente, as drásticas consequências sociais do plano de estabilização, sobre as quais o Governo faz questão de se omitir, é uma prova incontestante do futuro que aguarda os trabalhadores da Vale do Rio Doce.

Nos últimos 3 anos, a CENIBRA já demitiu quase 1.000 trabalhadores, além de terceirizar vários setores de suas unidades. Isso significa que uma série de questões legais são desrespeitadas, e vários problemas surgem para os trabalhadores, além dos baixos salários. Sabemos que, com a terceirização, eles são bem inferiores aos dos trabalhadores de outras empresas.

Tudo isso ocorre um ano depois da inauguração de sua nova linha de produção em Belo Oriente, que contou, inclusive, com a presença de Fernando Henrique Cardoso. Foi anunciado que, com a duplicação dessa produção, seriam criados, pelo menos, 3 mil empregos. E não vimos, sequer, 1 emprego. O que vemos são demissões, trazendo desespero para os trabalhadores. Como se isso não bastasse, segundo informações da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas de Minas Gerais, entre os demitidos estão pessoas que gozavam de licença médica ou estavam de férias, trabalhadores com mais de 12 anos de casa, inclusive às vésperas da aposentadoria. Nenhuma lei foi respeitada. A CENIBRA, mostrando descompromisso com seus empregados e com as cidades onde explora madeira, simplesmente comunicou o desligamento de 250 pessoas de seu quadro de funcionários.

É lógico que essas demissões são reflexo da privatização da Companhia Vale do Rio Doce, que detém 51,4% do controle acionário da empresa. A Federação nos informa, ainda, que a Florestas Rio Doce, empresa do mesmo grupo, também prepara a demissão de mais 570 trabalhadores, com o mesmo objetivo, de reduzir os custos de produção. É este o quadro que nos reserva a privatização da Vale. É dessa forma que o Governo trata o problema social no País, com a convivência dos Chefes dos Executivos Estaduais.

O Deputado Geraldo Nascimento (Em aparte)* - Deputado Ivo José, também nós, do Vale do Aço, ficamos muito constrangidos no momento em que o Governo promove uma avalanche de desemprego no País. Está de parabéns o nobre companheiro. Nós, Deputados desta Casa, estamos cientes de que estamos passando por momentos difíceis, sobretudo porque o jovem não tem escola nem emprego. A CENIBRA, também, é parte da Companhia Vale do Rio Doce. É com muito pesar que registramos e parabenizamos as palavras do nobre Deputado Ivo José, membro desta Mesa e desta Casa.

O Deputado Ivo José - Muito obrigado, Deputado Geraldo Nascimento, nosso colega de Bancada, uma das grandes lideranças do Vale do Aço e que conhece muito bem a realidade dos trabalhadores da extração, porque foi um dos primeiros a apoiar as lutas dos trabalhadores da CARPE, da CENIBRA, da ACESITA, da USIMINAS e de suas organizações. Não podemos admitir que esta Casa aceite, passivamente, as demissões dos trabalhadores da CENIBRA nem as de outros trabalhadores que estão sofrendo as consequências dos planos econômicos, em nosso País.

Sabemos que o aspecto econômico de uma empresa do porte da CENIBRA é muito importante para o Estado, pois o seu investimento nele é grande. Não desconsideramos a presença da empresa, mas não podemos deixar que quem produz e constrói essa riqueza seja tratado como está sendo. Nesse sentido, estamos, hoje, apresentando um requerimento à Mesa, pedindo explicações à Embaixada japonesa no Brasil, para saber se o Governo do Japão concorda com a forma como os trabalhadores são tratados em nosso Estado. Queremos, saber, também, se, na qualidade de signatário da Convenção 158 da OIT, o Governo japonês está ciente dessas demissões ou se essa atitude é de responsabilidade exclusiva da direção da CENIBRA em Minas Gerais. Como não encontramos ressonância para os problemas sociais de nosso País nas esferas dos Governos Estadual ou Federal, estamos apelando, também, para os outros países que mantêm investimentos no Brasil, no sentido de conscientizá-los de nossa dura realidade. Que essas demissões, injustas, desqualificadas, irracionais e desumanas, sirvam de alerta para o futuro que nos aguarda no Governo liberal de Fernando Henrique Cardoso e Eduardo Azeredo. O nosso requerimento tem o seguinte teor. (- Lê:)"O Deputado que este subscreve requer, nos termos regimentais, sejam solicitadas à Embaixada do Governo japonês no Brasil as informações que se seguem: o Governo japonês, enquanto membro do Consórcio NIPO, detentora de 49% das ações da CENIBRA - Celulose Nipo-Brasileira S.A., tem conhecimento das demissões em massa promovidas por esta empresa no Brasil?; o Governo japonês concorda com essas demissões e com os argumentos usados pela direção da empresa para promovê-las?; o Governo japonês é signatário da Convenção 158 da OIT, que assegura o direito ao emprego? Solicitamos, ainda, que esta Casa formule convite ao Exmo. Sr. Caifo Tstukada, Embaixador japonês no Brasil, para que venha a Minas Gerais conhecer a dura realidade vivida pelos trabalhadores da CENIBRA Florestal".

A direção da CENIBRA, ontem, anunciou a demissão de 254 trabalhadores nas regiões de Guanhães, Açucena, Belo Oriente, Santa Bárbara e Peçanha. Esse contingente representa, aproximadamente, 10% do número de funcionários da empresa binacional. Se somadas as diversas demissões já promovidas pela CENIBRA, podemos, sem margem de erro, afirmar que se trata de demissão maciça, cuja justificativa não vai além da sua ganância por maiores lucros. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Wilson Pires - Sr. Presidente, demais membros da Mesa, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, volto a ocupar esta tribuna após dois longos anos de ausência desta Casa.

Rogo a V. Exa. e aos colegas que sejam, como de costume e mais ainda do que de costume, tolerantes para com este colega que sobe à tribuna neste instante.

Se por um lado nos entristeceu ficar tanto tempo longe do convívio dos companheiros, por outro lado desvanecido nos sentimos pela oportunidade de voltar a conviver com figuras das mais altas, das mais nobres, das mais dignas da vida pública mineira.

Quando a cada um de nós nos assaltam momentos de desalento e de perplexidade, é nesse gerador de energia e de esperanças sempre renovadas que vamos buscar razão e inspiração para levar adiante a nossa luta na defesa do povo mineiro, principalmente dos contrerrâneos desfavorecidos dos vales do Mucuri, do Jequitinhonha e de São Mateus, dando-lhes confiança na democracia e certeza na ressurreição de dias melhores.

Continuaremos, aqui, a manter as melhores relações de ordem pessoal, embora possa haver diferenças de nossas posições políticas, mas sempre voltadas para o bem do nosso povo. Defrontar-nos-emos, pois, todos nós, meus companheiros, com novos e graves dilemas de consciência no futuro que de nós se aproxima, e o que importa fazer, antes de mais nada, é cerrar fileiras, é cimentar a nossa união, é reforçar a nossa coesão para que, juntos, mesmo com idéias diferentes, possamos enfrentar, com firmeza e decisão, possíveis horas dramáticas que não nos serão poupadas e evitar ao nosso Estado quaisquer abalos em que possam de fato sucumbir a nossa própria unidade para a defesa do povo.

Com propósito de harmonia, em benefício de uma obra comum para o nosso desenvolvimento como um tecla única monocórdia para que nossas intenções se concretizem em benefício de todos. É indispensável o estabelecimento de uma obra administrativa e legislativa, que solva, que resolva, que, ao menos, equacione e enfrente, com o necessário sentimento de urgência, os graves problemas que afligem a vida do povo mineiro, principalmente os das regiões menos favorecidas do Estado.

Na tentativa de corrigir os desequilíbrios entre diversas regiões de Minas Gerais e evitar a migração das pequenas cidades para as médias e grandes, o Governador de Minas Gerais, Eduardo Azeredo, encaminhou e aprovou nesta Casa o projeto de lei ROBIN-HOOD, na tentativa de reduzir as desigualdades regionais.

O espírito da lei teve o sentido de diminuir as tensões e os problemas sociais criados na periferia dos grandes centros do Estado. Ao mesmo tempo cria condições para que as regiões desiguais fixem e desenvolvam o potencial e a vocação do seu povo, promovendo o equilíbrio regional que Minas precisa para promover o seu

desenvolvimento. Além de evitar que as regiões pobres continuem exportando a fome, a miséria e o desemprego para as periferias das grandes cidades mineiras. Estão de parabéns a Assembléia e os Deputados.

O povo das cidades pobres, cujo pão escasseia, já não encontra nas periferias das grandes cidades condições para suportar novos e mais graves sacrifícios.

O Governador Azeredo entendeu que não podia continuar sendo generoso com os que menos precisam, mas que tinha que ser justo com os que mais precisam, portanto teve que diminuir o ganho de alguns, para dar condições de igualdade a outros.

A iniciativa do Governador Azeredo é legítima, é compreensível, é respeitável, é autêntica e verdadeira, o que não se pode dizer das intenções de alguns Prefeitos de certas cidades ricas, que sem qualquer razão ponderosa, sem motivo sequer justificável, numa visível, flagrante e intolerável provocação afirmam que não se deve investir em cidades pobres, porque 70% das populações pobres vivem nos grandes centros.

É uma tese esconsa e abstrusa do chamado desenvolvimento de alguns em nome e a pretexto de se promover o desenvolvimento de todos. A impressão que temos é que, no fundo, os homens públicos das cidades ricas consideram as regiões mais pobres uma espécie de mal necessário para que elas se possam desenvolver.

Mesmo diante de todas as dificuldades, a lei do Sr. Governador é uma lei justa, é uma lei de esperança para o povo mais pobre, que necessita sair da extrema miséria em que vive.

Existe uma transformação em andamento em Minas Gerais, cujas lições deverão ser absorvidas e aplicadas em outros Estados da Federação, com objetivo de atingir o desenvolvimento econômico nacional. No Brasil a democratização da riqueza ainda não foi atingida, mas poderá ser alcançada, desde que tenhamos criatividade e coragem de não pretender seguir "pari passu", metódica e passivamente, o desenvolvimento e a evolução das grandes cidades a qualquer custo, como foi feito nas grandes cidades brasileiras, em detrimento das cidades pobres, porque não devemos ser utópicos, temos que fazer alguma coisa capaz de melhorar e não coisas imperfeitas, que façam perecer as possibilidades de melhoria verdadeira.

Acreditamos na objetiva posição de, em face de cada problema, tomar-se a solução correspondente para atingir o bem comum.

O UNICEF reconheceu e premiou o Governador Azeredo, rendendo-lhe justiça merecida, que agora desperta o entusiasmo dos mineiros.

Esta é uma idéia nova e progressista, em nome da democratização da economia, em nome dos sagrados interesses e direitos dos pobres e remediados, mas às cidades ricas não interessam as compensações que a Lei Robin Hood lhes poderá trazer; o que interessa é o que poderão tirar do Governador para manter o "status quo" e, se possível, até a revogação da citada lei.

E assim concluo: esse é um exame de títulos e provas para desmoralizar esta Casa que aprovou a Lei Robin Hood, bem como comprometê-la na progressiva degradação como instituição que faz as leis, e ao mesmo tempo arrancar do Governador Azeredo compensações, já que ele se comprometeu diante das regiões desiguais com essas novas medidas.

Esperamos que as cidades ricas se contenham no seu ímpeto para não levar mais lenha à fogueira pelas mãos dos mais vorazes e egoístas. Muito Obrigado.

O Deputado Marcos Helênio - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, galerias, ocupo esta tribuna, primeiro, a fim de prestar uma homenagem póstuma ao Senador Darcy Ribeiro.

O Brasil perdeu ontem um de seus mais importantes cidadãos. Qualquer adjetivo seria impreciso para definir Darcy Ribeiro, sem sombra de dúvida, um dos maiores brasileiros de todos os tempos. Antropólogo, etnólogo, romancista, ensaísta, educador, Darcy Ribeiro foi também político vitorioso, tendo sido eleito Vice-Governador do Rio de Janeiro e Senador da República. Participando ativamente das principais lutas de seu tempo, Darcy marca este século pela personalidade dinâmica de um gênio que nunca se contentou em pensar o mundo, mas, efetivamente, contribuiu para transformá-lo.

Mineiro de Montes Claros, onde nasceu em 26/10/22, Darcy Ribeiro era filho de importante família daquela região. Ainda com 17 anos, ingressou na Faculdade de Medicina, nesta Capital, e chegou ao último ano do curso, ocasião em que optou pelo curso de Sociologia, realizado em São Paulo.

Recém-formado, começou a trabalhar no Serviço de Proteção ao Índio. Desse trabalho com os povos indígenas, nasceram inúmeros trabalhos de Darcy Ribeiro. Seu prestígio como antropólogo sempre foi internacional.

Em 1955, Darcy Ribeiro é convidado pelo Presidente Kubitschek a participar da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Ainda no Governo JK, é designado para planejar a Universidade de Brasília. Em 1961, torna-se o primeiro Reitor da UnB. Em 1962, assume o Ministério da Educação e Cultura no Governo parlamentarista e, no retorno ao presidencialismo, é convidado pelo Presidente da República para o

Ministério da Casa Civil, que ocupa até o golpe de março de 1964.

Exilado no Uruguai, com os direitos políticos cassados, Darcy Ribeiro perde seus cargos. Em 1970, com a vitória de Salvador Allende, vai para o Chile, como assessor especial do Presidente, e permanece nesse país até o golpe militar de 1973.

Em 1974, acometido de câncer no pulmão, volta para o Brasil. Funda, em 1980, com Leonel Brizola, o Partido Democrático Trabalhista, em que fica até a morte, se destacando como um de seus mais combativos líderes.

Vice-Governador do Rio de Janeiro, assume a Secretaria da Educação e Cultura e idealiza os CIEPs, bem como projetos culturais de relevo, como o Sambódromo. Aliás, seu caráter empreendedor sempre foi traço definitivo de sua personalidade. Darcy Ribeiro foi daqueles homens que tomaram para si a tarefa proposta por Marx, segundo o qual não basta pensar o mundo, cabe transformá-lo.

Senador eleito em 1990, foi, ainda, Secretário de Assuntos Especiais no segundo Governo Brizola. Imortal da ABL, eleito em 1992, teve fôlego, ainda, para ser candidato a Vice-Presidente da República na chapa de Leonel Brizola.

Na Literatura, deixa obra de rara importância. Na Antropologia, deixa o exemplo de um brasileiro profundamente apaixonado pelas raízes de seu povo. Educador, deixa obra que se perpetuará no tempo. Parlamentar, deixa permanentemente vazia sua cadeira no Senado. Cidadão, Darcy Ribeiro deixa-nos, restando em cada um de nós o sentimento de uma perda irreparável. Acima de tudo, legou-nos um bem inestimável, a esperança: esperança que somente os construtores das grandes utopias nos podem deixar.

Nesse sentido, Sr. Presidente, este Deputado, nos termos regimentais, requer a V. Exa. seja consignado, nos anais desta Casa, moção de pesar pelo falecimento do eminente brasileiro, antropólogo, educador, romancista, ensaísta e Senador Darcy Ribeiro. Com prazer, passo o requerimento às mãos do grande companheiro e um dos fundadores do PDT, figura histórica de Minas Gerais, Deputado Ibrahim Jacob.

Completando, queremos, também, transmitir uma mensagem a respeito da marcha pela reforma agrária. Srs. Deputados, prezadas Deputadas, honrado público, profissionais da imprensa: na abertura dos trabalhos legislativos de 1997, não poderia deixar, mais uma vez, de ocupar a tribuna desta Casa para falar da reforma agrária. Há quase um ano, dezenas de trabalhadores sem terra de vários Estados promoveram a Caminhada pela Terra, ocupando as Capitais, com o objetivo de alertar a sociedade brasileira e mundial para o drama que vivem milhões de famílias, expulsas pelo perverso sistema fundiário brasileiro do direito de produzir para seu próprio sustento e promover o desenvolvimento do País, através de uma reforma agrária real.

Hoje, novamente, esses mesmos trabalhadores semterra voltam a fazer outra caminhada, pelas mesmas razões anteriores. A atual marcha dos sem-terras iniciada ontem, dia 17 de fevereiro, percorrerá milhares de quilômetros, saindo de vários pontos do País, com destino a Brasília, passando por BH no dia 6 de março, e chegando à Capital Federal no dia 17 de abril. O MST fará manifestações por todas as cidades onde passar. No dia 17 de abril completar-se-á um ano de triste memória, quando será lembrado o massacre de Corumbiara. Cerca de 2 mil manifestantes montarão acampamento, permanecendo em Brasília por tempo indeterminado.

Diariamente o drama se repete com novas famílias expulsas pela cerca dos latifundiários, muitas vezes vítimas da violência no campo, que concentra a terra nas mãos de poucos proprietários. O Brasil tem 851.000.000ha de terra. Desse total, 371.000.000ha estão concentrados nas mãos de poucos proprietários, ou seja, quase a metade do Brasil é de propriedade desses latifundiários. Esses grandes proprietários além de explorarem os lavradores e suas famílias, ainda se acham no direito de expulsá-los a qualquer hora. São mais de 6,5 milhões de famílias sem terra.

Os latifundiários acumulam terras ociosas, sonegam impostos, devastam florestas e até adotam o trabalho escravo, uma vergonha nacional em pleno final de milênio. Nenhum país é tão negligente com a tributação da terra ociosa como o Brasil. O valor médio pago por ha/ano é ridículo R\$0,56. A ideologia do esquecimento da tributação da terra foi habilmente construída ao longo do tempo sob a égide da ineficácia do ITR, ocultando a razão de seus males, absoluta rejeição das oligarquias rurais à tributação de seus patrimônios. As tentativas de elevar a taxação foram sempre objeto de manobras políticas, transferindo o ITR para outro ente federado, ou desfigurando o projeto original em troca de rolagem de dívidas. A crítica dos latifundiários, protagonizado pela Bancada ruralista propõe alíquotas altas só para o século XXI, para "dar fôlego aos donos de propriedades improdutivas até o ano 2.004". É claro que a reforma agrária não se resolve apenas pela via fiscal, da mesma forma que o fortalecimento da ITR não depende só de uma lei. São necessários uma administração eficiente, controles rígidos e vigilância da sociedade sobre a gerência dos impostos que contemple publicidade anual obrigatória em rádio e TV, declaração de ITR coincidente com a declaração do IR e alíquota baixa para os pequenos produtores. O tiroteio ruralista tem alvo: impedir o ataque ao latifúndio improdutivo. A terra ociosa deve deixar de ser um negócio. A terra é de quem nela trabalha, um bem social que a natureza não faz mais. A reação das oligarquias já começou: os votos que

aprovam a Medida Provisória do ITR são os mesmos que votam a reeleição. Talvez os ruralistas queiram mais um século de fôlego para colher os frutos das terras improdutivas. Merece ser lembrado aqui que a Carta Magna obriga que a propriedade se submeta à sua função social e que as alíquotas a serem fixadas tenham o objetivo de desestimular as propriedades improdutivas.

A questão da terra em Minas Gerais também não é diferente: 16% dos proprietários rurais dominam mais de 2/3 das terras mineiras. Apenas no Norte de Minas e vale do Jequitinhonha, entre 1975 e 1985, mais de 1.000.000ha de terras consideradas devolutas foram colocadas à disposição de empresas a preços irrisórios para o plantio de eucaliptos. Como resultado, milhares de lavradores perderam suas terras e houve uma brutal destruição do meio ambiente. Em consequência dessa concentração de terras, dezenas de conflitos ocorreram em Minas Gerais. Um levantamento feito pela UFMG em 1995, constatou a existência de 39 conflitos no Estado e desde então esse número está crescendo.

Nesta última visita à Itália, Fernando Henrique Cardoso recebeu um manifesto de dezenas de intelectuais daquele país apelando para que a reforma agrária em nosso País tenha um "empenho extraordinário" do Governo brasileiro. Criticam, ainda, o desprezo pela questão ambiental e a impunidade aos assassinos de lavradores e líderes dos sem-terras. O Papa também leu mensagem pedindo a reforma agrária, no Brasil, maior País católico do mundo.

O Governo de Fernando Henrique precisa parar com a brincadeira de "faz de conta" e com o jogo de cena para propagandas oficiais. Não podemos deixar de lembrar que apenas neste atual Governo, houve a falência completa da agricultura. Milhares de pequenas e micro empresas fecharam suas portas. São 18 milhões de desempregados. A maioria das estatais brasileiras já estão entregues ao capital estrangeiro, sem falar na miséria reinante na educação e na saúde, com a tentativa de destruir o SUS.

Apesar de a Rede Globo tentar descaracterizar o MST, principalmente no horário nobre das novelas, esse movimento tem demonstrado de forma eficiente uma capacidade extraordinária de colocar em xeque as mazelas do neoliberalismo brasileiro. O MST merece todo o nosso apoio e elogio. A Fundação Rei Balduino da Bélgica concedeu prêmio ao MST por se tratar de uma entidade que contribui para o desenvolvimento de países do Hemisfério Sul. Por isso, chamamos a todos para essa responsabilidade histórica. Pedimos o apoio integral de toda a sociedade brasileira e, em especial, dos legisladores e dos membros dos Executivos à causa dos sem-terras. Muito Obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta - Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Romeu Queiroz; Sras. Deputadas, Srs. Deputados, oradores, que me antecederam mencionaram o vasto currículo do Senador Darcy Ribeiro, e nós fazemos coro com as palavras deles, que, em um gesto de reconhecimento à importância de Darcy Ribeiro para Minas e para o Brasil, externaram a profunda tristeza em que se encontra este Estado, principalmente esta Casa Legislativa. Queremos, apenas, dizer da dor que sentimos como montes-clarense e dizer ainda que Montes Claros está de luto pela perda desse grande homem público, grande professor, grande político, grande montes-clarense e brasileiro. Esteja onde estiver, Darcy Ribeiro, tenho a certeza absoluta de que você, que sempre foi um adulto-criança travessa, homem de sorriso largo, de sorriso fácil, está consciente da dor de todos nós, principalmente a que nós, seus conterrâneos, estamos passando neste momento. Montes Claros perde o mais ilustre dos seus filhos, mas tenho a certeza absoluta de que a sua obra, Darcy, ficará como uma marca indelével na história de nossa cidade, de nosso Estado e de nosso País.

Sr. Presidente, quero, nesta oportunidade, chamar a atenção dos nobres pares para um assunto de grande importância para a saúde pública do Estado. Ao mesmo tempo, congratulo-me com o Sr. Secretário da Saúde, o Prof. José Rafael Guerra, pela sua posição firme, pela sua posição de homem público sério e de profundo conhecedor da saúde pública. Estamos para assinar um convênio com o Banco Mundial, denominado REFORSUS; este, em 1997, irá repassar a Minas Gerais R\$35.000.000,00 para serem empregados nas obras inacabadas da área de saúde pública. O projeto inicial previa uma assinatura de convênio de R\$165.000.000,00, dos quais - pasmem os senhores - R\$70.000.000,00 seriam colocados, novamente, no Hospital CARDIOMINAS. Destes, R\$30.000.000,00 seriam para obras, e R\$40.000.000,00 seriam para comprar, novamente, os equipamentos desse famoso elefante branco, ou melhor, esqueleto branco que é, hoje, o CARDIOMINAS, que nunca teve a perspectiva de ser terminado.

A Comissão de Saúde e Ação Social desta Casa fez um levantamento e constatou que, somente para terminar aquele esqueleto branco, precisaria de US\$140.000.000,00. Nesse convênio, inicialmente, os tecnocratas de gabinete, acostumados a tomar decisões de cima para baixo, querem enterrar, mais uma vez, R\$30.000.000,00 nas obras - R\$30.000.000,00 para um orçamento de US\$140.000.000,00 - e gastar mais US\$40.000.000,00 para comprar, novamente, os equipamentos que já foram adquiridos quando o hospital estava apenas na sua planta, na prancheta dos arquitetos. E esses equipamentos que foram comprados da França, graças a Deus, já estão espalhados pelo território de Minas Gerais, servindo aos pacientes do SUS. E querem colocar, agora,

Deputado Marco Régis, mais R\$40.000.000,00 para comprar esses equipamentos. São decisões iguais a essa que não aceitamos e estamos aqui para combater. E iremos acionar, quantas vezes for necessário, a comissão específica desta Casa, a Comissão de Saúde, e, se preciso for, vamos às raias da Justiça impetrar um mandado de segurança para defender o erário público, para defender a bolsa do povo mineiro. Mas, em boa hora, chega o Sr. Secretário da Saúde, Prof. Rafael Guerra, e bate na mesa, firme, e diz que não aceita mais que se injetem recursos no CARDIOMINAS, porque Minas Gerais tem hospitais na área cardiovascular equipados e prontos para dar assistência ao povo mineiro. E faz a opção de distribuir esses recursos para as inúmeras obras inacabadas, as centenas de hospitais e casas de saúde, distribuídas, principalmente, pelo interior de Minas Gerais.

E, é neste momento, Sr. Presidente, que chamamos a atenção dos Deputados, porque esse projeto tem um prazo que se encerra em fevereiro. É bom que os senhores alertem os Prefeitos das cidades que representam para que eles procurem imediatamente, a Secretaria da Saúde para fazerem a opção de ingressar no REFORSUS, para ter, talvez, a única chance de terminar as suas obras e equipar os seus hospitais. Quero, também, Sr. Presidente, e faço um apelo a V. Exa. e ao Deputado Clêuber Carneiro, que é médico e Líder da Maioria e que, sem dúvida alguma, por merecimento, será o Líder do Governo nesta Casa, no sentido de que nos ajudem, neste momento importante, neste momento em que não dispomos de mais tempo para preparar os projetos, para que possamos engrossar a fileira do Prof. Guerra e hipotecar-lhe apoio e solidariedade a fim de que ele possa desenvolver as suas ações como Secretário de Estado da Saúde, colocando esse dinheiro a fundo perdido, dinheiro esse do Banco Mundial e do Governo Federal, com a participação do Estado, para que as obras inacabadas dos hospitais possam ter um fim.

Sr. Presidente, termino meu pronunciamento pedindo apoio aos Deputados, principalmente aos Deputados integrantes da Comissão de Saúde, para que façamos esse trabalho.

O Deputado Marco Régis (Em aparte) - Agradeço o aparte a mim concedido pelo Deputado Carlos Pimenta e reitero, aqui, nossas afirmações anteriores de que V. Exa. está se sobressaindo como um dos melhores Deputados dessa nova geração. Estamos de acordo com V. Exa. no que tange à sua posição em relação ao CARDIOMINAS. A Assembléia Legislativa e a Comissão de Saúde devem dar suporte ao trabalho desenvolvido pelo Secretário José Guerra.

Gostaria, também, de usar esse aparte, tão gentilmente cedido por V. Exa., para lembrar a esta egrégia Assembléia Legislativa, com relação ao pronunciamento do colega Deputado Marcos Helênio, do PT, que o assunto da política fundiária neste País, neste momento, encontra-se nas mãos seguras e serenas do Ministro Raul Belém Jungmann. Eu, como membro do Partido Popular Socialista, devo esclarecer a esta Assembléia que o Ministro Jungmann é egresso das fileiras do nosso partido. E ele, aceitando o convite do Presidente Fernando Henrique Cardoso para conduzir o Ministério da Reforma Agrária, assim o fez e se afastou temporariamente do PPS. E, em reunião do nosso partido sobre temas nacionais, aqui em Belo Horizonte, no final do ano passado, o Ministro veio discorrer sobre o seu desempenho no Ministério da Reforma Agrária. Por essa razão, conhecemos a movimentação pela reforma agrária e acreditamos que nem tanto ao mar e nem tanto à terra. Temos a certeza de que o Ministro está sabendo se conduzir com serenidade à frente do Ministério. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta - Agradeço o aparte de V. Exa., principalmente as palavras bondosas que reforçaram a nossa posição. Mas é uma praxe dos membros da Comissão de Saúde e Ação Social acompanhar de perto tudo que acontece no âmbito da Secretaria da Saúde. O REFORSUS, se Deus quiser, é uma grande, talvez a única e a última, oportunidade para ajudarmos os Prefeitos e as várias Prefeituras. Principalmente, Deputado Marco Régis, as Prefeituras recém-emancipadas que não dispõem, hoje, da mínima estrutura para funcionar.

Durante o recesso, estivemos no Norte de Minas, em companhia do Deputado José Militão e do Deputado Clêuber Carneiro, e fizemos um levantamento pormenorizado de cada Prefeitura daquela região. O nosso documento será entregue amanhã ao Prof. Guerra, pedindo a inclusão do Norte de Minas nos recursos a fundo perdido do REFORSUS. Muito obrigado.

O Deputado Raul Lima Neto - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores da imprensa, meus senhores e minhas senhoras, quero comentar uma charge do "Estado de Minas", publicada domingo passado, que dizia o seguinte: "Passagens de ônibus coletivos em Belo Horizonte estão caríssimas. Motoristas e trocadores insatisfeitos e intranquilos com seus salários, e os Vereadores acham isso uma coisa muito boa." E havia estampa, no jornal, para ilustrar essa frase. É para comentar essa charge que assomo a esta tribuna e para dissertar sobre o primeiro tópico, com a finalidade maior de defender os bons Vereadores, os que reconhecem que a política é um dom divino e que os projetos que emanam dos Deputados e dos Vereadores não são movidos primeiramente,

pelo lucro em votos que podem dar. Considero o anseio popular que brota em todos os homens vocacionados para a política, porque esta é uma coisa séria.

Entretanto, a sociedade brasileira - volto-me, especificamente, para a sociedade mineira e belo-horizontina - está tão decepcionada com o vocábulo, que a imprensa, às vezes, se esquece de fazer justiça e generaliza, enquadrando naqueles que são péssimos exemplos, toda uma categoria, como a dos Vereadores de Belo Horizonte.

Quero dizer que concordo, plenamente, com o primeiro tópico dessa charge, porque o cartel do transporte coletivo de Belo Horizonte tem comprado a consciência e distorcido o sentido clássico e filosófico das palavras "Vereador" e "política". Sabemos que a população de Belo Horizonte vive oprimida por um cartel constituído por 12 famílias que controlam o transporte coletivo e que, numa demonstração da força, do poder do "lobby" esmagador, consegue, esmagando a democracia e o princípio básico do capitalismo, que é a competição, perpetuar-se no domínio permissionário do transporte coletivo de Belo Horizonte. Saibam, Srs. Deputados, que o que estou dizendo aqui é verdade, e não é preciso profeta ser para dizê-lo. Os proprietários do transporte coletivo em Belo Horizonte, filiados ao SETRANSP, vão promover uma greve, usando os motoristas e trocadores esmagados com salários vis. Isso porque o salário, no Brasil, especialmente o salário mínimo, é uma vergonha para esta Nação, que deveria acabar com esse referencial iníquo. Nivelá-lo por baixo. Que se mande negociar livremente, usando-se os veículos de comunicação e a imprensa para se viver com uma doutrina justa de distribuição equânime. Mas a alegação do SETRANSP de que não há dinheiro para aumentar os salários, a alegação do SETRANSP de que não há dinheiro para melhorar os ônibus e manter o preço da passagem é uma alegação totalmente mentirosa, gananciosa, é, diria, uma alegação totalmente avarenta.

Este Deputado, quando Vereador, apurou, e o Tribunal de Contas deu o parecer, que o SETRANSP, há três anos, teve um lucro líquido de US\$12.800.000,00, só com a aplicação mensal do dinheiro oriundo do vale-transporte. Parece absurdo esse número, mas são milhões de pessoas que pagam o ônibus antes de usar. Não é possível que isso aconteça em nosso País, em nossa cidade, a terceira Capital do Brasil; que isso aconteça no Estado de Minas Gerais, que é conhecido como o Estado da Inconfidência, das mudanças, das revoluções ideológicas, tanto que, não só na Inconfidência Mineira como na Revolução, como com Tancredo Neves na abertura, políticos mineiros e outros mineiros influenciaram tremendamente. Não é possível que, ainda assim, continuem descrendo em Deus, porque Deus é político, e política é a arte de governar, de apascentar.

Este Deputado, na época Vereador, fez três projetos. Um deles padronizava o vale-transporte e recebeu uma emenda da Maria Caiafa, que conseguiu passar. Glória a Deus. Este Deputado entrou com um projeto para que se fizesse uma abertura, ou seja, uma licitação para que Belo Horizonte tivesse uma competição normal e não o controle de um cartel. Este Deputado fez um projeto para que se cumprisse o artigo da Constituição da República que diz que é dever dos Estados, da União e dos municípios promover o acesso de seus estudantes à escola.

Como explorar transporte coletivo é uma permissão, são empresas permissionárias que têm aquele lucro exorbitante. Não há negócio como esse. O passageiro, o usuário paga antes de usar. Mesmo quando pagava por mês, o proprietário do transporte coletivo recebia, como recebe o vale-transporte, antes mesmo que a pessoa se adentrasse em seu ônibus. E o Tribunal de Contas, volto a afirmar, declarou que, há três anos, a empresa ou o cartel teve um lucro de US\$12.800.000,00. E essa situação continua se perpetuando para proporcionar uma vida nababesca e injusta àqueles que não distribuem o salário.

Houve até uma CPI para apurar o transporte coletivo. Fizemos cálculos e provamos que, se, naquela época, o transporte coletivo pagasse aos trocadores um salário justo, equivalente ao salário de uma pessoa de classe média baixa, de um trabalhador pouco produtivo, de uma mão-de-obra não qualificada nos Estados Unidos, na Inglaterra ou na França, pagar-se-ia um salário de US\$1.800,00 aos trocadores e de US\$2.800,00 aos motoristas. E as empresas ainda teriam um lucro de milhões e milhões todo mês.

No entanto, compram a consciência. Mas quero discordar do segundo tópico da charge que diz: "E Vereadores acham bom". Quero dizer à imprensa que há Vereadores que não acham bom; que há "nego duro" (com perdão ao vulgarismo) na Assembléia e na Câmara, que não se dobra ante a corrupção, que não deixa a sua mente cauterizar-se por argumentações capadócias, beócias, desprovidas de qualquer intelectualidade, para defender a esmagadora classe do cartel do transporte coletivo de Belo Horizonte, que, na ganância, na cegueira do coração do homem, não teme promover baderna e colocar a seu serviço aqueles que têm a mente cauterizada, porque são escravizados. E quem dera fossem escravos! Eu estava analisando, ontem, com minha esposa, no carro: na época da escravidão, no Brasil, o escravo tinha muito mais condição do que um trabalhador, hoje em dia, porque o dono preocupava-se, pelo menos, em dar-lhe de comer e em conservar a sua saúde. Mas, agora, são escravos da ignorância. E mais escravos são esses proprietários que oprimem o trabalhador, que não dividem o lucro, que compram casas no exterior, que fazem depósitos em diversos bancos, que têm dinheiro à vontade

para dar vídeo-cassete, para comprar consciências de homens, às vezes sérios, mas que não atentaram para a verdade, porque, se atentarem, serão expoentes, serão pilares da política nacional, porque, assim, seriam vocacionados. Mas ainda não atentaram para o mais importante da vocação política, que é o compromisso com o povo, porque política vem da palavra grega, que significa aquele que governa apascenta a "polis", a cidade, o povo. Político é o homem do povo, que defende o interesse do povo e não de pequenas categorias.

É uma vergonha para aqueles que vendem a sua consciência. E, às vezes, sentia-me envergonhado, quando chamado de Vereador, porque, certa feita, generalizou-se esse termo também, dizendo que a Câmara de Belo Horizonte, como nessa charge, "acha bom" que os transportes coletivos sejam caros, que os motoristas ganhem pouco, porque isso gera polêmica, gera projetos e, evidentemente, gera benesses oriundas daqueles que não temem comprar a consciência humana, porque são dominados pela ganância, porque, prometendo a liberdade, não sabem que são escravos da corrupção. São vencidos - e quem é vencido é escravo do vencedor - pela cegueira de quem não conhece que a riqueza de um povo, de uma família, só existe quando há uma riqueza distribuída e que a competição sadia leva o benefício para o povo, para a sociedade.

Mas, infelizmente, colegas que não refletem permitem que isso aconteça com uma instituição séria como a Câmara Municipal de Belo Horizonte, composta por homens sérios, que não se dobram, que não dobram os joelhos diante de Baal, porque ele era um deus idolatrado, que representa exatamente a prosperidade oriunda da avareza, da injustiça. Aplaudo o nosso jornal "Estado de Minas" pela charge verossímil no primeiro tópico: "passagens caríssimas, ônibus em péssimo estado, trocadores e motoristas insatisfeitos e intranquilos". Mas, deveria acrescentar: "e alguns Vereadores acham isso muito bom", e não todos. Muito obrigado.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Brasil amanheceu mais pobre. Mais pobre de idéias. Mais pobre de ousadias. Com a morte de Darcy Ribeiro, parte desse Brasil alegre, pra cima, inovador, se vai também.

Estreando como Líder do PDT, é com tristeza que ocupo esta tribuna, para falar da ida de Darcy Ribeiro, nosso mais brilhante pedetista.

Darcy foi dessas pessoas iluminadas que atravessam a humanidade de século em século. Quase se torna desnecessário dizer de todas as coisas que ele fez, tantas foram, tão significativas e de conhecimento de todos aqui presentes.

Ao lado de sua grande obra como romancista, de sua inovadora passagem pela antropologia, com magníficos estudos sobre os índios brasileiros, é importante destacar sua passagem pela educação.

Darcy foi o ideólogo de um novo conceito de educação, a educação com liberdade e libertadora. Com esse espírito criou a Universidade de Brasília, a UNB, tendo sido seu primeiro Reitor. Posteriormente idealizou os CIEPs, escolas de tempo integral, que além do ensino formal, ensinavam cidadania a crianças e adolescentes pobres. Sonho, infelizmente, desvirtuado nos CIACs da megalomania da era "collorida".

Outra grande aventura sua foi a criação da universidade aberta, nos moldes das européias, onde os alunos não precisam estar presos a currículos ultrapassados e podem exercer com plenitude a capacidade maior de pensar.

Um de seus últimos trabalhos na área da educação foi pouco divulgado pela mídia: a elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases - LDB -, a qual contém princípios que irão nortear a educação no País. Darcy Ribeiro não queria morrer sem terminar esse projeto, que, graças a seu esforço sobre-humano, já está no Congresso para ser votado.

Darcy despedia-se da vida com classe, produzindo um último e valioso legado, o livro "Viva o Povo Brasileiro", sua mais preciosa declaração de amor à população brasileira.

Darcy Ribeiro foi um furacão intelectual que abalou as estruturas arcaicas da sociedade e da política brasileiras. Ele inovou em tudo que fez: na educação, na literatura, na política.

Sem qualquer concessão a figuras de linguagem, Darcy Ribeiro foi um midas moderno, transformando tudo com seu dedo mágico, com seus olhos de visionário do futuro.

O Brasil hoje está mais pobre, mas um pouco melhor, com mais esperança, graças ao mago Darcy, que não morreu, mas tornou-se encantado.

222ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA Discursos Proferidos em 19/2/97

O Deputado Ronaldo Vasconcellos - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, assessoria, galeria, imprensa. Inauguramos com muita alegria, nesta 3ª Sessão Legislativa, este microfone do Plenário Juscelino Kubitschek, porque queremos informar a todos os Deputados, a esta Casa, à imprensa e a toda a coletividade mineira a criação de uma revista tipicamente mineira, feita por profissionais do Estado de Minas Gerais que lidam com a questão do meio ambiente.

Tivemos a oportunidade de receber em nosso gabinete o editor da revista, biólogo André Nemésio, e também o consultor, Prof. Ênio Medeiros Cunha, que nos levaram um

exemplar dessa revista denominada "Melopsittacus", que é o nome oficial de um conhecido de todos nós, o periquito. Na verdade, embora seja uma revista dedicada aos criadores de periquitos, ela traz também diversas mensagens ecológicas para conhecimento, reflexão e conscientização de todos os leitores dessa revista, que foi lançada agora aqui em Belo Horizonte, aqui em Minas Gerais.

A nossa satisfação é porque as pessoas que tiveram a oportunidade de ler a revista "Melopsittacus" vão poder conhecer agora um pouco mais sobre esse pássaro, o periquito, mas também sobre a questão ambiental como um todo. Temos, por exemplo, aqui, uma mensagem da CEMIG, que vem realizando um trabalho muito bom na questão da piscicultura, possibilitando, inclusive, a sobrevivência de algumas espécies. Temos também um artigo da CENIBRA, que lida com a questão florestal com muita competência, tanto é que recebeu, no ano passado, o Prêmio Minas Ecologia, que é dedicado a todas as empresas, personalidades jurídicas ou personalidades físicas que tenham prestado um serviço relevante e competente para a questão ambiental. A CENIBRA fez isso e, por isso, mereceu e recebeu o Prêmio Minas Ecologia. Nessa revista, temos essa mensagem da CENIBRA.

Ao mesmo tempo, temos um artigo do ilustre professor Gustavo Fonseca e do professor Luiz Paulo Pinto, tratando da integração entre a proteção de espécies no "habitat" natural e a criação em cativeiro, para assegurar a conservação da fauna. Temos outros artigos específicos sobre a questão dos periquitos propriamente dita, mas temos também, e acima de tudo, essas matérias que têm um cunho conservacionista.

Quero parabenizar ao biólogo André Nemésio e ao Prof. Ênio Medeiros Cunha pela determinação e coragem que tiveram e pela vontade de lançar essa revista, que agora passa a ser distribuída às pessoas que lidam com essa questão, não só em Minas Gerais, mas no Brasil e até no exterior.

O Deputado Raul Lima Neto (Em aparte) - Primeiramente, nobre Deputado Ronaldo Vasconcellos, quero tornar público nesta Casa, de forma verbal, o que já o é de uma forma naturalmente percebida, a nossa admiração por V. Exa., por seu alto espírito público, por seu envolvimento com um assunto de tamanha importância, por todos nós conhecido: o meio ambiente.

Parabéns, nobre Deputado Ronaldo Vasconcellos, parabéns em especial. Também este companheiro seu é, por filosofia, ambientalista. O meio ambiente, como V. Exa. bem sabe, foi-nos deixado por Deus, para que dele cuidássemos, e todos fazemos parte de um mesmo organismo vivo, que é a Terra. A Terra é um organismo vivo, como o somos. Nosso corpo é composto dos 11 elementos da terra: cobre, zinco, manganês, ferro, enfim, somos só em nossa estrutura física. É claro, também, que sobrepujamos todos os animais com a voz, com a inteligência, com a música, com a cadência, porque temos uma alma vivente e fomos feitos à imagem e à semelhança de Deus. Entretanto, Deus nos colocou aqui para cuidar da natureza. E a natureza não somente retribui, como também se vinga, e em toda nação que descuida desse assunto tão importante as coisas não dão certo, pois há um Espírito que paira sobre isso.

Quando alguém açoita a natureza, a nação sofre. Quando priorizamos essas realidades que são de Deus, porque delas fazemos parte, como a natureza, como o meio ambiente, como nossos rios, nossa ictiofauna - evidentemente não achando que o homem é servo da natureza, mas que a natureza foi feita para o homem -, com organização, administrando, nobre Deputado, a nação toda é abençoada.

Portanto, louvo a Deus, de público, por saber que V. Exa. comunga comigo e com aqueles que amam e são apaixonados pelo assunto do meio ambiente. Muito obrigado.

O Deputado Ronaldo Vasconcellos - Agradeço o aparte do Deputado Raul Lima Neto. Gostaria, de público, de oferecer a cada Deputado interessado em conhecer essa revista, que faça contato conosco, no gabinete, e terei prazer de pegar junto ao editor, para cada Deputado, um exemplar dessa revista, que vem enriquecer a biblioteca, o conhecimento ambiental em Minas Gerais.

Parabéns, biólogo André Nemésio, parabéns Prof. Ênio Medeiros Cunha. A nossa comunidade ambiental passa a contar, a partir de hoje, com uma revista detentora de muitas informações técnicas, mas que também está aberta à participação de pessoas, de jornalistas, escritores ou práticos que lidam com a questão da flora, da fauna ou do meio ambiente como um todo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Batista de Oliveira - Sr. Presidente, meus caros colegas Deputados, Sras. Deputadas, visitantes, trabalhadores da imprensa aqui presentes, trata-se de uma honra para mim usar da palavra sob a Presidência de V. Exa. Gostaria de agradecer ao colega Deputado Miguel Martini pelo envio do boletim da União Nacional dos Legislativos Estaduais.

Mas, Sr. Presidente, gostaria de aqui não estar para tratar do presente assunto. Passei a manhã no cenário de uma tragédia, que foi o incêndio do acampamento no Conjunto Zilah Sposito, no Bairro Jaqueline, em Venda Nova. Gostaria de historiar o que houve para os colegas, a fim de que fiquem cientes do ocorrido, dizendo-lhes que não se trata de um fato isolado. Aquelas pessoas estão alojadas no acampamento desde

a Semana Santa de abril de 1994. Portanto, lá se encontram há três anos, quando o prazo assumido pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte para entrega das casas foi o dia 16/6/95.

Aqui tivemos diversas oportunidades de denunciar a negligência com que a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - na época eu fazia parte da administração da Frente BH-Popular - tratava o assunto. O Prefeito de Belo Horizonte estava discursando para os pobres e governando para os ricos.

O incêndio ocorrido no acampamento destruiu lares de muitas pessoas, despojando-as de todos os seus bens. Tivemos oportunidade de participar de uma ação arrojada desses lutadores por moradias, quando ocuparam a Prefeitura de Belo Horizonte, ali ficando por dois dias, em negociações que culminaram com um compromisso que também não foi cumprido por parte da Prefeitura.

Hoje, tive a oportunidade de me encontrar com o Prefeito Célio de Castro no acampamento, no cenário daquela tragédia, e espantou-me a frieza com que o Sr. Prefeito tratou o assunto, simplesmente agendando uma reunião com a assessoria da Regional Norte para as 3 horas da tarde, desconhecendo a situação, que exigia uma decisão que mostrasse a presença administrativa do Prefeito de Belo Horizonte. Centenas de famílias estão, hoje, tentando retirar das cinzas o pouco que restou. Fiquei perplexo com a frieza com que o Prefeito tratou o assunto. A questão da moradia, no Município de Belo Horizonte, tem ficado, infelizmente, apenas no papel. Isso também se deve ao Governo Estadual, que não se faz presente.

O Deputado Durval Ângelo (Em aparte) - Gostaríamos de prestar solidariedade às mais de 100 famílias que tiveram, no dia de ontem, suas casas destruídas pelo fogo, no acampamento. É uma situação lamentável. Sabemos que há três anos esse acampamento se arrasta. O poder público deveria ter uma agilidade maior. A questão da moradia é responsabilidade dos Governos Federal, Estadual e Municipal. E sentimos que não foi feito, mesmo em nível municipal, o que se esperava. Talvez, até, em função das atitudes dos Governos Federal e Estadual.

Prestamos nossa solidariedade ao nobre colega nessa intervenção e exigimos uma rápida solução para esse problema. Será que este País continua sendo aquele que pensa em colocar trancas na janela depois que o ladrão entra? É um verdadeiro absurdo precisar acontecer uma tragédia como essa para se tomarem medidas.

Aproveito a oportunidade para dizer, também, que a situação é de tensão no acampamento da Vila Pinho, no Barreiro. Já é o segundo ano sem uma solução do problema. Recentemente, as famílias vivem o terror da polícia estadual, reprimindo, batendo, invadindo o acampamento para amedrontar os seus ocupantes. Enquanto isso, o poder público não faz nada a respeito dessa questão, talvez esperando acontecerem tragédias como aquelas para tomar alguma solução.

A questão da moradia é séria. É um direito fundamental do ser humano. Tem que ser resolvida com atitudes corajosas, rápidas e com muita ousadia.

O Deputado João Batista de Oliveira - Muito obrigado, Deputado. Gostaria de acrescentar que já acionamos o Governo do Estado. Sabemos que a política nacional de habitação está muito lenta. Li uma longa entrevista do Sr. Prefeito, Célio de Castro, ao jornal "Estado de Minas", há uns dias, na qual afirmava que a Prefeitura não recebeu o dinheiro que o Governo do Estado destinou para a habitação porque a URBEL não apresentou a devida documentação. É muito triste ver que os recursos são poucos, e o poder público municipal sequer se interessa em apresentar os documentos para recebê-los, quando saem.

Gostaria de solicitar, Sr. Presidente, que a Presidência desta Casa entrasse em contato com o Governo do Estado para que ajude a Prefeitura de Belo Horizonte a dar uma solução a essa questão humanitária.

Recentemente, a Prefeitura de Belo Horizonte foi premiada em Istambul, na Turquia, por um projeto de habitação popular. Era só o projeto, porque a população de Belo Horizonte não foi morar nas casas que constavam dessa premiação. Sou militante desse movimento há mais de 20 anos e não consegui ver as casas que foram premiadas em Istambul.

De qualquer forma, gostaria de solicitar a todos os Deputados que ajudassem a acionar o Governo do Estado, para que possamos resolver essa questão. No momento da tragédia, felizmente, não morreu nenhuma pessoa. Algumas saíram queimadas, mas, nos três anos de existência do acampamento, já morreram 22. Pessoas idosas, crianças que não tiveram oportunidade de ter um registro de nascimento morreram na insalubridade em que se encontra aquele acampamento.

Solicito a solidariedade de todos e a participação política do Governo do Estado na solução dessa questão, para que, no ano do seu centenário, Belo Horizonte não fique envergonhada perante a opinião pública nacional. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupo esta tribuna, na tarde de hoje, para fazer algumas denúncias, expressar nosso posicionamento e manifestar nossas atitudes em relação a um problema que aflige este País e que foi escolhido pela Igreja Católica Apostólica Romana como um tema de reflexão para todo o

País. Esse tema é do interesse e da responsabilidade de todos os brasileiros.

Estamos no início de mais uma campanha da fraternidade, que, ano após ano, desde 1963, interpela-nos para debater os mais diversos e graves problemas que afetam a sociedade brasileira, e que é promovida e realizada por nossa Igreja Católica, sempre tão sensível e tão profundamente comprometida com a causa dos mais pobres.

Desta vez o tema central da campanha é: A Fraternidade e os Encarcerados, e o lema que a inspira e anima é: Cristo liberta de todas as prisões.

O tema nos atinge profundamente e, sobretudo, constitui nossa responsabilidade como parlamentar e representante da sociedade, na medida em que o nosso principal papel é criar as condições para que a justiça, no seu mais amplo e profundo sentido, alcance todos os segmentos da sociedade, mas, sobretudo, preste preferencial atenção aos que mais sofrem.

A situação dos encarcerados é dramática. Essa é a informação que sistematicamente nos passam os meios de comunicação social.

O nosso sistema penitenciário não conseguiu, ainda, superar sua característica principalmente repressiva, que, às vezes, exacerba os ânimos dos detentos, tornando-os mais violentos e até cruéis entre si e no convívio social, quando deixam as grades.

O sistema penitenciário não foi capaz, até agora, de imaginar e organizar sistema eficaz e eficiente para a reabilitação dos presos e para sua real reincorporação na sociedade.

São quase 150 mil pessoas, que vivem em condições carcerárias absolutamente alienantes de sua dignidade, a começar pelas péssimas condições de higiene e saúde, a falta de assistência social, educacional e psicológica e apoio jurídico, etc.

Como todos sabemos, a pena carcerária deve apenas privar ao indivíduo do seu direito de ir e vir, ou seja, da liberdade, mas nunca restringir suas necessidades básicas, que, pela lei, incumbe ao Estado cuidar e satisfazer, porque são necessidades humanas fundamentais para o ser humano.

O Poder Judiciário está excessivamente burocratizado, é o que demonstram pesquisas diversas, especialmente a que foi feita pela CNBB, por ocasião desta campanha. Há superlotação nos presídios, os condenados são muitas vezes tratados com violência e os presos provisórios também, os quais por não terem pena a cumprir, deveriam ser tratados considerando-se sua situação.

Existem muitos detentos sem sentença, que cumprem anos de prisão acima dos que mereceriam pelo delito cometido, o que é injustiça, por ser flagrante violação dos direitos humanos.

Noventa por cento dos presos são pobres, sem recursos para pagar advogado que assuma a sua defesa. Não dispõem de apoio jurídico, porque o número de defensores públicos é extremadamente reduzido, e suas condições de trabalho precárias, diferentemente do que se observa com os advogados bem pagos, como claramente se afirma no texto base da Campanha da Fraternidade.

A situação torna-se mais grave quando encarada a partir de outros ângulos. Por exemplo, as celas das mulheres são iguais às dos homens, sendo que elas precisam de ambiente mais coerente com a sua condição específica, ou seja, como mãe, como esposa, enfim, como mulher.

Conta-se de mulheres grávidas em delegacias e cadeias públicas sem nenhuma assistência, nem quando estão para dar à luz. Nessas prisões femininas, com algumas centenas de presas sem assistência ginecológica e em condições higiênicas precárias, torna-se necessário pelo menos um pouco de privacidade.

A questão dos presos adéuticos é alarmante. Enquanto no Brasil existe 1 adéutico para cada 364 pessoas, entre os presos, a proporção é de 1 para cada 6 pessoas, em decorrência da superlotação e da promiscuidade, já que, para quase 150 mil presos, a disponibilidade de vagas não chega nem a 40%, sem considerar as precárias condições de ventilação e luminosidade nas instalações em geral.

Esse quadro gera outros problemas e doenças não menos graves como homossexualismo, tuberculose, desequilíbrios mentais, enfermidades venéreas, consumo de drogas, alcoolismo, crimes entre os presos, etc.

Sabemos de casos em que numa cela para 6 há até 30 pessoas, ou 130 em 3 celas coletivas, quando cada uma só deveria abrigar 8. Ou seja, com tantos presos sem espaço, daí surgem os chamados presos "morcegos" que se amarram às grades para poder dormir à noite.

Só em nosso Estado, temos um déficit de 7 mil vagas, ou seja, existem 7 mil presos em celas já superlotadas, criando situações que degradam ainda mais a condição humana.

Estamos falando de um caso que constatamos em visita que fizemos à Cadeia de Furtos e Roubos, aqui em Belo Horizonte. Ali, onde cabiam só 70 pessoas, estavam espremidos mais de 200 presos. Também participaram daquela visita os Deputados João Leite, Marcos Helênio e outros.

O Deputado João Leite (Em aparte)* - Estou acompanhando, atentamente, o

pronunciamento de V. Exa. e gostaria de dizer que esse tema fez parte dos fóruns nacionais de direitos humanos, dos quais tive a oportunidade de participar como representante da Assembléia Legislativa, na condição de Presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais. A discussão em torno desse tema sempre nos levou à reflexão sobre a reforma do Poder Judiciário em relação às penas que são aplicadas hoje. É necessário e urgente que tenhamos penas alternativas. Outro dia, Deputado Miguel Martini, estava às voltas com o caso de um jovem que, apanhado em cima de um cavalo, foi preso e indiciado. Apesar de dizer que estava dando uma volta, aquele jovem deverá responder a processo, correndo o risco de cumprir a pena num desses depósitos de pessoas.

Lembro-me, Deputado Miguel Martini, de um texto bíblico que diz: -"Pais, não provoquem os vossos filhos à ira". Eu diria, que nesse caso, o Estado, o País, a Federação, o próprio sistema têm sido esse pai provocando os filhos até a ira, porque, depois de cumprir uma pena nesses estabelecimentos, sem dúvida, teremos pessoas mais endurecidas. Por isso, considero importante o pronunciamento de V. Exa. Gostaria de lembrar que, nesse ano, teremos encontros importantes, como o de direitos humanos do MERCOSUL, quando, sem dúvida, estaremos falando, novamente, de penas alternativas e reforma do Judiciário, para que o cumprimento de penas seja mais humano. Muito obrigado, Deputado Miguel Martini.

O Deputado Raul Lima Neto (Em aparte) - Serei breve. Primeiramente, Deputado Miguel Martini, quero, de coração, parabenizá-lo. Graças a Deus, temos, nesta Casa, uma pessoa que percebemos vocacionada para a coisa pública, haja vista os assuntos que V. Exa. tem defendido, com tanta paixão, nesta Casa. Isso nos mostra que, evidentemente, os pronunciamentos que V. Exa. profere advêm não apenas de um homem inteligente, mas, especificamente, do clamor do povo brasileiro expressado pelo Espírito de Deus em homens vocacionados por Ele.

V. Exa. expõe um quadro terrível, o caos do sistema carcerário e do Judiciário. Antônio Vieira, já naquela época, referia-se ao Judiciário brasileiro, que ficava às portas da cidade, para julgar as causas do povo. Hoje, as cidades ficam à porta do Judiciário, para terem suas causas julgadas em ocasiões que se alongam por infinito tempo.

Ao citar o sistema carcerário, V. Exa. incita-me à participação, porque presto bastante atenção ao que está sendo dito. Ontem, a televisão noticiou que carcereiros deixavam familiares de presos fazerem visita mediante o pagamento de R\$30,00, para que tivessem acesso a uma sala livre, para poderem conversar. Estão ganhando dinheiro com isso. A Imprensa, certíssima no cumprimento do seu papel, denuncia. Isso é muito bom. É o dever da Imprensa.

Vejam os senhores como estamos totalmente emaranhados. V. Exa. sabe quanto ganha um carcereiro? Um esteve em meu gabinete e me mostrou sua folha de pagamento em que registrava-se o salário líquido de R\$140,00 por mês. Um pai de três filhos, que tem que pegar ônibus, vai deixar de se envolver com drogas? Vai deixar de receber os tais R\$30,00? Ele é corrupto? Não! Os responsáveis somos nós, porque temos que acudir essa iniquidade e injustiça, que é o salário dos carcereiros e dos militares no País, que produz um sistema carcerário iníquo, perverso e corruptível.

A solução está em Deus, no seu manancial eterno, no código mais perfeito para se governar bem, que V. Exa. conhece, que é a lei jurídica do Senhor bendito, escrita como testemunha e constituição para todos nós. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Agradeço o Deputado Raul Lima Neto por seu aparte. Sugerimos algumas propostas para esse grave problema, no que se refere ao que nos cabe. Quero falar um minutinho sobre a UNALE - União Nacional dos Legislativos Estaduais -, prevista para o ano que vem. Um de seus temas será esse. Para concluir, quero dizer que estamos protocolando, junto à Mesa desta Assembléia, três requerimentos.

O primeiro, convidando S. Exa. o Revmo. Arcebispo Dom Serafim Fernandes de Araújo, para que venha proferir palestra nesta Casa sobre o sistema carcerário de Belo Horizonte e Minas Gerais, na visão da Igreja.

O segundo, convidando o Primaz do Brasil Dom Lucas Moreira Neves, e Presidente da CNBB, para debater conosco sobre os graves problemas já identificados pela Igreja nos estudos realizados sobre o assunto.

O terceiro, constituindo uma comissão especial, nesta Casa, para discutir a questão do sistema penitenciário em Minas Gerais, na esperança de, ao final dessa comissão, podermos fazer propostas que venham, pelo menos, senão solucionar, porque isso depende do envolvimento da sociedade, ao menos minimizar e resolver parte do problema da questão carcerária em Minas Gerais.

Cabe-nos, como representantes da sociedade, saber aproveitar o ambiente e o clima dessa campanha, a fim de elaborarmos projetos de lei que visem à expressiva melhoria nas condições de vida dos nossos irmãos que cumprem pena nos cárceres, porque não devem ser privados do seu direito de reabilitar-se, para se reintegrarem plenamente à sociedade.

Em razão disso, algumas reformas urgentes são necessárias no sistema penitenciário, com os seguintes objetivos: superar sua morosidade e burocratização; proporcionar a todos o acesso à justiça, sem consideração de "status" social ou hierarquia; garantir aos detentos a não-violação dos seus demais direitos, garantidos pela Constituição Federal; e reincorporar, nos currículos do sistema educacional, matérias que dizem respeito à formação para o exercício da cidadania; criar condições que garantam ao presidiário acesso ao trabalho e à educação, como vias efetivas para sua reintegração social; realizar rigorosa seleção e preparo integral dos responsáveis pelo sistema penitenciário.

Senhores, sobretudo, tomemos medidas que ataquem pela raiz as causas que geram os gravíssimos problemas da delinqüência, que a cada dia se diversificam e se multiplicam.

Finalmente, promovamos a conscientização da sociedade, para que ela não assuma atitudes tão radicais e de tanta revolta com os presos, solicitando, às vezes, até penalidades extremas, porque a ira nunca é boa conselheira, mesmo que os crimes sejam hediondos.

Essas são só algumas propostas, mas, sem dúvida, desta Casa poderão sair medidas concretas para melhorar de maneira significativa o nosso sistema penitenciário no Estado de Minas Gerais, o que redundará na reabilitação e no resgate da cidadania dos nossos irmãos presos.

Eis um dos nossos trabalhos prioritários.

Finalizando, quero informar que distribuí para todos os Deputados um jornalzinho que interessa a cada um de nós, onde a UNALE - União Nacional dos Legislativos Estaduais - está dando informações de nosso interesse.

Nesse jornal existe um termo de adesão, para que cada parlamentar possa fazê-lo, a fim de que, na infelicidade de óbito de um parlamentar que esteja no exercício da sua função, a sua família possa receber, imediatamente, recursos que vão aliviá-la nesse momento difícil. É a forma mais barata e prática de ajudarmo-nos mutuamente, solidariamente. Basta que todos o preencham e o entreguem em meu gabinete, quando terei o máximo prazer de encaminhá-lo à UNALE.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Antes de entrar no assunto que me traz a esta tribuna, pela primeira vez em 1997, quero saudar os novos companheiros de Assembléia que agora assumiram seus mandatos: Adelmo Carneiro Leão, Ambrósio Pinto, Jaime Martins, Roberto Amaral e Wilson Pires. Todos por demais conhecidos da população mineira pela sua grande experiência parlamentar e atuação no passado recente. A eles, a minha alegria de poder conviver, nestes dois anos que restam do nosso mandato, num trabalho produtivo, a favor do povo de Minas Gerais.

Quero, também, manifestar a alegria de ter conosco o Secretário José Militão, que retorna a esta Casa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho a esta tribuna para manifestar a minha alegria pessoal e, acredito, seja também desta Casa, quando assumem o Conselho de Curadores do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais a nossa colega, Deputada Elbe Brandão, e a servidora desta Casa, a historiadora Sílvia Barata de Paula Pinto. O Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA - é uma fundação integrante do Sistema Estadual de Cultura e foi instituído em 1971. Sua missão primária é identificar, registrar e proteger o acervo de bens culturais do Estado de Minas Gerais.

Com atuação em todo o Estado, notadamente em parceria com municípios, comunidades locais e empresas, busca fazer com que os mineiros tomem consciência da importância da preservação da memória cultural de nosso Estado. Um povo que não tem memória histórica, não tem competência para preparar o seu futuro.

Por isso, é extremamente importante a atuação do nosso Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, que, agora, está grandemente enriquecido. A Deputada Elbe Brandão tem marcado a sua presença na política de Minas e nesta Casa; tem atuado nos mais diversos setores, nos quais cabe uma missão. Vemos que esse setor sofre um impulso, um dinamismo, com sua simpatia, sua alegria e, mais que tudo, com sua eficiência e com seu trabalho profícuo. A inteligência de Elbe Brandão tem sido salutar para esta Casa e para Minas Gerais.

Junto com ela, toma posse a servidora Sílvia Barata, que tem prestado um grande serviço a esta Casa e que acaba de ser designada a coordenadora dos livros editados por esta Casa: "Memória Política de Minas". As duas honrarão e dignificarão esta Assembléia Legislativa junto ao Conselho Curador do IEPHA e engrandecerão aquele Instituto para o bem de toda Minas Gerais.

O IEPHA, além dessa missão precípua, de preservação do nosso patrimônio histórico e artístico, tem ampliado o seu relacionamento com esta Casa, porque, agora, influi em questões financeiras dos municípios. A nova lei de distribuição do ICMS, que votamos no ano passado, intitulada "Lei Robin Hood", premia os municípios que aplicam parte

de seus recursos ou destinam parte de sua atenção à preservação do nosso patrimônio histórico. Por isso, cresce em importância o relacionamento desta Casa com o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, que fica, hoje, engrandecido com as presenças da servidora Sílvia Barata e da Deputada Elbe Brandão no seu Conselho de Curadores. Muito obrigado, Sr. Presidente.

A Deputada Elbe Brandão* - Sr. Presidente, Sr^{as}. Deputadas, Deputados, pessoas presentes nas galerias, imprensa, primeiramente, gostaria de agradecer ao meu companheiro, Deputado Sebastião Navarro Vieira, essa surpresa, essa homenagem. Saiba que, se faço tudo isso hoje, nesta Casa, é porque estou tendo bons mestres e bons professores, e V. Exa., com certeza, está nessa lista.

Gostaria, Sr. Presidente, de apresentar requerimento e coletar assinaturas dos companheiros desta Casa, lembrando, no momento, que, hoje, é o dia em que Darcy Ribeiro será enterrado no Rio de Janeiro. Venho requerer, na forma regimental, que seja encaminhada ao egrégio Conselho da Universidade Estadual de Montes Claros, sob a presidência do Magnífico Reitor Prof. José Geraldo de Freitas Dumont, solicitação para que encaminhe junto ao Conselho a indicação para denominar o "campus" da UNIMONTES de "Campus Universitário Darcy Ribeiro".

Darcy Ribeiro nasceu em Montes Claros e ganhou o mundo, mas, antes, viveu o Brasil. E, como ninguém, conheceu e compreendeu as mazelas deste povo, que julgava ser o mais lindo do planeta. Educador, antropólogo, escritor, indigenista, político, enfim, imortal. Faleceu no dia 17 de fevereiro deste ano.

Homenagens pela sua obra e por sua vida espalharam-se pelos quatro cantos deste País. Emprestar seu nome ao "campus" da UNIMONTES é orgulho para a gente de sua terra, que ele, carinhosamente, chamava de "minha vila".

Esta Casa precisa encampar essa idéia, para o justo reconhecimento do povo de Minas e de Montes Claros à memória de um brasileiro insubstituível.

Pedimos também, Sr. Presidente, que seja encaminhado ao Governador do Estado de Minas Gerais um pedido, para que ele se empenhe em incluir o Norte de Minas na Medida Provisória nº 1.532, de 16/1/97, que estabelece incentivos fiscais para o desenvolvimento regional, e dá outras providências.

Neste momento, estou, junto com meu companheiro, Deputado Carlos Pimenta, solicitando ao Governo Federal esse empenho. Os Prefeitos eleitos do Norte de Minas também já encaminharam um abaixo-assinado ao Governador Eduardo Azeredo, bem como ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, através da Associação dos Municípios da Área Mineira da SUDENE - AMAMS -, do Prefeito Municipal de Montes Claros, nosso ex-colega, Deputado Jairo Ataíde, pedindo providências para a inclusão do Norte de Minas naquela medida provisória. Esse esforço conjunto dos Prefeitos do Norte de Minas demonstra uma preocupação com o desenvolvimento daquela região, que é carente de recursos e sofre com as condições climáticas adversas ao desenvolvimento. Essa medida vem ajudar, de forma efetiva, a região, amenizando a situação caótica em que ela se encontra e favorecendo o desenvolvimento regional, melhorando, assim, suas condições de vida. Essa é uma bandeira para viabilizar o desenvolvimento econômico em diversas regiões, e proponho a esta Casa: vamos carregá-la juntos. Que todos os colegas, do Sul, do Centro, do Triângulo e de outras regiões de Minas Gerais, ajudem a área mineira da SUDENE, para que ela seja encampada nessa medida provisória. Obrigada.

* - Sem revisão da oradora.

O Deputado Raul Lima Neto - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Projeto de Lei nº 901/96, de nossa autoria, sem dúvida, é um projeto simples, e nossos projetos são todos simples. Entretanto, é um projeto muito importante no sentido de que é um projeto pela vida; é um projeto pela segurança daqueles que trafegam pelas estradas de nosso Estado. Quantos acidentes terríveis, hediondos, acontecem quando carros se chocam com animais nas pistas estaduais. Recentemente, ia a Ouro Branco, quando, após uma curva, 1 ou 2 minutos depois do acidente, deparei com uma cena terrível, dolorosa: um carro Escort totalmente esbagaçado, com uma família dentro e dois cavalos na pista. Que loucura! É um absurdo permitir que animais fiquem na pista. O nosso propósito é que o dono de qualquer animal apanhado na pista seja multado num valor equivalente ao do animal, e que esse dinheiro seja destinado a instituições sociais ou à educação para o trânsito nas escolas. Para isso, conto com o apoio das senhoras e dos senhores. Agradeço-lhes de antemão, por saber que estão comigo, pelo princípio elementar de que todos nós fazemos parte de um ministério político, que traz bem-estar para a nossa população. Muito obrigado.

O Deputado Roberto Amaral* - Gostaria de encaminhar a votação contrariamente ao projeto, não pelo simples fato de ser contra a preservação dos peixes e da piracema - quando em determinada fase do ano os peixes sobem o rio para se reproduzirem -, mas como técnico nessa área.

Hoje, a tecnologia já está bem avançada, e existem outros processos, como, por exemplo, a construção de estações de piscicultura, que permitem, perfeitamente, sejam mantidos o equilíbrio ecológico e a criação de peixes nos lagos. E mais: não é em todos os pontos barráveis que ocorre a piracema. Com essas considerações, Sr.

Presidente, Srs. Deputados, e tendo conhecimento desse projeto desde a legislatura anterior, quero, por uma questão de justiça técnica, encaminhar contrariamente à matéria.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Marcos Helênio* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, estamos defendendo um projeto que foi da Deputada Maria Elvira, não em nosso nome, mas em nome dos ambientalistas que o solicitaram. Estabelecemos também, por meio de um projeto nosso, a construção de estações de piscicultura em hidrelétricas construídas a partir de agora. Entretanto, até que esse processo evolua, é necessária a aprovação deste projeto. A Comissão de Constituição e Justiça deu parecer por sua juridicidade e legalidade, e, nas comissões temáticas de meio ambiente da Casa, houve debates. Então, o Deputado Roberto Amaral chegou um pouquinho atrasado com a sua posição, a qual respeitamos, mas é matéria vencida. Portanto, entendemos que o projeto deve prosseguir.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Raul Lima Neto - Sr. Presidente, creio ser desnecessária a minha palavra para a aprovação desse projeto. Entretanto, faço questão de dá-la, pois temos um projeto sobre pesca que deu origem ao Código da Pesca e que, sem dúvida, trará para o Estado de Minas Gerais o Código Estadual da Pesca, o primeiro no País, o que será um avanço muito grande para o nosso Estado.

É um absurdo o que se comete com nossa ictiofauna. Enquanto não pudermos usar os meios e tecnologias mais apropriados, que se usem os meios rudimentares. O que não pode acontecer é este absurdo: a matança de peixes ali, na represa de "Três Marias", onde os peixes não podem subir mesmo, porque não conseguem. Com isso, esvaziam-se os nossos rios.

Saibam, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que a pesca esportiva é uma das maiores fontes de divisas, porque a maior atração turística do planeta ainda é a pesca. Muitas pessoas gostam de pescar. Quantos empresários enfrentam 800km de estrada de terra para ir ao Mato Grosso pescar, naqueles campeonatos de pesca. Lá existe um ditado muito expressivo, exibido em "out-door", ilustrado com um formoso dourado e uma rede que diz: "Caiu na rede é crime." O único país que permite a pesca com rede é o Brasil.

E, o Estado de Minas Gerais precisa avançar nisso e precisa, sobretudo, corrigir uma injustiça contra o equilíbrio da natureza, contra o homem e, conseqüentemente, contra a comunidade. São as barragens que não permitem que os peixes proliferem e que estão acabando com a nossa ictiofauna. Está de parabéns o nobre Deputado Marcos Helênio, porque o seu projeto é justo e muito importante.

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, ocupo esta tribuna para manifestar minhas preocupações a respeito da saúde financeira do Estado de Minas Gerais, sujeitado que está a restrições severas impostas pela política econômica do Governo Federal, fruto da própria ineficiência administrativa demonstrada, até o momento, pela equipe que compõe o Governo do Sr. Eduardo Azeredo, que se coloca, passivamente, como mera executora das decisões políticas tomadas pela esfera federal.

Gostaria, Srs. Deputados, de apresentar alguns números comparativos de 1995 e 1996, referentes a algumas rubricas importantes. Tomarei sempre por base os 12 meses de 1995 e os 10 primeiros meses de 1996, já que os dados sobre novembro e dezembro do ano passado ainda não estavam disponíveis e só estiveram a partir da entrega da mensagem do Governador. A média de arrecadação mensal de ICMS de 1995 ficou em R\$381.000.000,00, enquanto que em 1996 esta média subiu para R\$428.000.000,00. Houve um crescimento de 12,27% na arrecadação de ICMS em Minas. Na mesma medida cresceu a arrecadação líquida de impostos por parte do Estado. Portanto, a receita, em termos nominais, cresceu de 12% a 13% no ano de 1996.

Passemos agora a outros números importantes: os de despesa com pessoal. Em 1995, Minas gastou, em média, R\$385.500.000,00 por mês com pessoal. Já em 1996, essa despesa cresceu 7%. Assim, comparando-se o crescimento da arrecadação com o crescimento da folha de pagamento de pessoal, percebe-se claramente que a primeira teve crescimento acima da inflação, enquanto a segunda teve crescimento abaixo da inflação.

Já podemos perceber, com esses primeiros dados, quem está custeando as reformas e os enxugamentos patrocinados pelo Governo do Sr. Eduardo Azeredo. Outra informação importante diz respeito às despesas com custeio. Em 1995, a média anual mensal ficou em R\$312.000.000,00, caindo em 1996 para R\$263.000.000,00 por mês, uma queda de 15%, que somada à inflação do período acumula uma redução de 26,5%.

Também a despesa com a dívida teve redução de 1995 para 1996. No entanto, permaneceu alta. De R\$1.587.000.000,00 em 1995, caiu para R\$1.011.000.000,00 em 1996. Mesmo às vezes servindo de mera questão contábil, os números direcionados a pagamento dos serviços da dívida impressionam. Para 1997, o Governo de Minas conseguiu renegociar a dívida. Mesmo assim, vai pagar 11% de seu total, o que representa aproximadamente

R\$70.000.000,00 ao mês.

Em verdade, o que o Governo de Minas faz é tentar uma recomposição de forças para conseguir novos financiamentos. A princípio, poderia parecer até uma ação lógica. Mas a pergunta que se faz é: às custas de que vêm essa renegociação e esses novos financiamentos? É aí que a porca torce o rabo. Vamos aos fatos. Começemos por citar que a Lei Kandir vai trazer uma redução de 14,88% na arrecadação do Estado. Haveria um fundo para compensar tal perda, mas até agora a questão está totalmente nebulosa. Para tentar arrecadar um pouquinho mais, o Governo subiu taxas judiciais e de serviços. Quem paga é o povo mineiro.

Neste momento, surge a batuta do Governo Federal e determina privatizar, privatizar, privatizar. No caso da dívida, BEMGE, GASMIG e CEASA entram na dança. Suas privatizações vêm para que o Governo salde 20% do contrato de renegociação da dívida mobiliária, empréstimos junto à CEF e operações de antecipação de receita orçamentária. Se o montante conseguido com as privatizações não for suficiente para saldar esses 20%, o Governo de Minas estará autorizado a alienar diversos bens.

Do já dito, poderíamos tirar uma primeira síntese das ações do Sr. Eduardo Azeredo, que seria: reduzir direitos do funcionalismo, reduzir investimentos, pagar a dívida, privatizar e abrir mão dos bens do Estado. Tudo isso ocorre em Minas, mesmo tendo havido crescimento de arrecadação, mesmo não tendo havido substancial aumento de gastos com pessoal, mesmo tendo caído as despesas de custeio e mesmo tendo havido um crescimento entre 3% e 4% na atividade econômica do País, índice igualmente previsto para 1997.

O Governo de Minas, Srs. Deputados, está se desfazendo de tudo. COMIG, GASMIG, CEASA, CREDIREAL, BEMGE, BDMG, CEMIG, enfim, todo o patrimônio público construído pelo povo de Minas Gerais está sendo dilapidado por um Governo inconseqüente, irresponsável e incompetente. O Sr. Eduardo Azeredo conseguiu uma proeza digna de um anti-Midas. Está transformando o antes poderoso Estado de Minas Gerais em um simples pau-mandado do Governo do Sr. Fernando Henrique Cardoso. Minas, com os contratos de renegociação da dívida e de empréstimos com a CEF e outros, vem a cada dia perdendo mais a sua autonomia de unidade federativa. Minas está se transformando em um apêndice de um País chamado Brasil. Tal atitude de submissão é inadmissível.

Há hoje em nosso Estado uma aposta, quase suicida, na entrada de capital privado. Não que ele não seja necessário. Claro que é. Claro que queremos a Mercedes, claro que queremos novas unidades da Fiat e assim por diante. Mas às custas de quê? Às custas de regalias que custam muito caro para os cofres de Minas. Tão caro quanto as sonegações, quase sempre perdoadas e que lesam profundamente nosso Estado.

O povo de Minas está hoje cabisbaixo. Paga a conta e não recebe nada em troca. Aquilo que há de bom, como a CEMIG, por exemplo, que presta um serviço de alta qualidade, está sendo entregue à iniciativa privada por meio de uma privatização disfarçada. Além disso, Srs. Deputados, há uma parcela da população de Minas que é duplamente sacrificada: o funcionalismo público. Vítima preferencial das políticas desastrosas do Governo Estadual, o funcionalismo está amargando um arrocho salarial jamais visto em Minas Gerais. Pior que isso, os servidores estão sendo sujeitados a uma violenta redução de seus direitos. A cobrança de mais 3,5% de contribuição previdenciária é um exemplo claro disso, bem como as alterações realizadas quanto às férias-prêmio. Fora o que vem por aí, como a tentativa de mexer nos quinquênios.

É preciso dar um basta nessa política nefasta de tornar o funcionalismo público o bode expiatório de todas as mazelas que ocorrem no Estado de Minas Gerais. É preciso dar valor a esses homens e mulheres que zelam pelos serviços prestados pelo nosso Estado ao cidadão. O Governo do Sr. Eduardo Azeredo maltrata, de forma dramática, aqueles que deveriam ser tratados com respeito e honestidade.

Mas não param aí os devaneios e as ações desastrosas do Governo de Eduardo Azeredo. Como se não bastasse se desfazer de todo o patrimônio do Estado, o Governo também se livra da responsabilidade em relação às questões sociais. Exemplo maior disso é o completo descaso com a educação. Minas tenta sobreviver, no setor da educação, por meio de um "marketing" perverso, tendo como aliada uma falsa qualidade total. Mas o que na prática vem ocorrendo é o abandono do ensino através de uma pretensa municipalização, que na realidade não passa de uma "prefeiturização" do ensino fundamental.

Enquanto a Lei de Diretrizes e Base (LDB) prevê a municipalização, o Estado de Minas Gerais, por meio de portarias e outros expedientes da Secretaria da Educação, utiliza-se de uma competência duvidosa e, sem qualquer discussão com o Legislativo, quer implantar na marra a municipalização. É preciso respeitar os Poderes e fazer com que a implantação de processos tão complexos seja feita de forma gradual, sem trazer prejuízos para os municípios e deixando claras as responsabilidades da União, dos Estados e dos Municípios. Os municípios podem se responsabilizar pela parte física, mas o instrumental de trabalho e o pessoal devem estar a cargo do Estado.

Para exemplificar, cito uma resolução da Secretaria da Educação que, de forma impositiva, determina que as Diretoras eleitas democraticamente pela comunidade

escolar percam seus direitos quando da municipalização da escola, ficando a indicação de sua substituta a cargo do município. Isso é a volta do coronelismo político na educação, com o chefe político local impondo nomes e colaborando, de forma mesquinha, para garantir eleitoralmente aqueles que hoje estão no poder. Tudo não passa de um absurdo completo. Um desrespeito à comunidade e um retrocesso.

Outra questão de extrema importância é a determinação da situação funcional dos servidores. Os municípios têm políticas administrativas diferenciadas entre si e mais ainda quando comparadas ao Estado. Pensemos na questão salarial. Há cidades em que o salário de um professor é menor que aquele pago pelo Estado. Como ficará esse professor da rede estadual cuja escola está sendo municipalizada? Terá seu salário rebaixado? Terá a oportunidade de continuar no Estado? O município é obrigado a absorvê-lo? O Estado é obrigado a mantê-lo, transferindo-o? E os recursos complementares a serem repassados pelo Estado aos municípios quando estes não tiverem capacidade de atender à demanda de alunos? Repito: o Estado deve manter suas responsabilidades em relação aos trabalhadores do ensino.

Temos ainda o 2º grau. Com as mudanças que vêm sendo feitas em nível federal, com conseqüências desastrosas em nível estadual, percebe-se uma tendência fortíssima a torná-lo privado. Assim, desobrigando-se do ensino fundamental ao jogá-lo para o município e abrindo mão do ensino de 2º grau, tornando-o acentuadamente privado, o Governo de Minas deixa de cumprir sua função social no que diz respeito à educação e coloca em situação complicada os quase 260.000 trabalhadores da educação no Estado.

Como vemos, senhores, haverá muito o que se fazer neste ano de 1997. Resta saber se vamos fazer pensando em Minas e no povo de Minas ou se continuaremos atuando à mercê de interesses particulares ou de grupos, cujos interesses não ultrapassam a esfera política, sempre na perspectiva eleitoral. E falando em perspectiva eleitoral, nada mais eleitoreiro do que a forma como vem sendo imposto o Projeto Robin Hood. Um projeto sem discussão, que só mexe nos recursos dos municípios, enquanto o Estado continua com toda a sua quota de ICMS, sem abrimão de um centavo. É muito fácil fazer gracinha com o dinheiro dos outros, no caso, os municípios de porte médio. Por que o Governo de Minas não retira um certo percentual da sua parte do ICMS e repassa para os municípios mais necessitados?

Ainda falando em perspectivas puramente eleitoreiras, segue a passo rápido a indicação dos administradores regionais, apontados por Deputados e lideranças políticas, visando atender as necessidades da base política de apoio ao Governo. Os jornais mostraram, claramente, nas últimas semanas, com declarações dos próprios administradores já indicados, que, apesar de técnicos, eles foram indicados e terão uma função política. Neste momento não sou eu quem está dizendo. São os próprios futuros administradores regionais.

Para encerrar, gostaria de me reportar a um artigo publicado no jornal da Bancada do PT, o "Parlamento", em dezembro passado, que traz, de maneira clara, a síntese do que estamos e continuaremos enfrentando quanto às ações do Governo de Minas. Diz o artigo: "Eduardo Azeredo é o aluno pródigo da política econômica implementada pelo Governo Federal. Adiantou uma reforma administrativa de resultados duvidosos, impôs um programa de demissões voluntárias que - como o programa na área federal - economizou migalhas, empurrando o servidor para a demissão com salários baixos e nenhum aumento. Promove a venda de empresas estatais de setores estratégicos para o desenvolvimento econômico de Minas, como a GASMIG - empresa de gás natural; a COMIG - empresa de mineração com papel-chave na regulação do uso das minas de nióbio; vendeu ações da CEMIG - empresa controladora do setor de energia. E encerra o ano privatizando o CEASA, a CASEMG e os Bancos estaduais.

A prioridade é pagar a dívida estadual, agravada pela política econômica federal. Para isso, pretende vender o Banco do Estado de Minas Gerais - BEMGE - sem considerar a importância do Banco e sua função social para as cidades mineiras. Antes da venda do Banco, o atual Governo pretende saneá-lo, transferindo para os contribuintes o pagamento dos prejuízos resultantes de administrações ineficientes e irresponsáveis. A reação do Governo a uma investigação profunda sobre empréstimos realizados em 94 e não pagos, através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI - e com quebra de sigilo bancário dos envolvidos, deixa dúvidas sobre a quem interessa privatizar o BEMGE. A conta vai, mais uma vez, para o contribuinte.

A aposta é de um ano bom, com dinheiro em caixa e uma plataforma para a reeleição apoiada na subserviência do Legislativo, na redistribuição do ICMS, na renegociação da dívida e muita confiança na memória curta dos contribuintes."

Eu digo, para finalizar, que gostaria muito que essa análise exposta no jornal "Parlamento", da Bancada do PT, estivesse errada. Gostaria que neste ano o Legislativo fosse diferente. Que não se subjugasse ao Executivo. Gostaria que o Governo de Minas não se subjugasse ao Governo Federal. Gostaria que ações dos governantes e dos legisladores fossem para o bem da população de Minas e não para garantir suas reeleições. Mas, infelizmente, neste momento, não tenho como ser otimista. No entanto, estarei aqui, junto com a Bancada do PT, trabalhando para

evitar que o povo de Minas continue sendo enganado e desrespeitado. Assim é a minha índole e a índole do partido que escolhi para ter minha vida política. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 19/2/97, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa n° 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções n°s 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, a Deliberação da Mesa n° 867, de 13/5/93, e de conformidade com as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa n°s 1.183, de 1995, 1.375 e 1.393, de 1997, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:

Gabinete do Deputado Jaime Martins

nomeando Theophilo Antônio de França Gonçalves para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10.

Gabinete do Deputado José Bonifácio

exonerando Ciriaco Gomide Alvarenga do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18;

exonerando Gismar Meireles do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05;

exonerando Marco Aurélio Magalhães Vieira do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13;

nomeando Ciriaco Gomide Alvarenga para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05;

nomeando João Bosco Sales Ribeiro para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13;

nomeando Marco Aurélio Magalhães Vieira para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18.

Gabinete do Deputado Rêmolo Aloise

exonerando Paulo Tadeu de Moraes do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13;

nomeando José Bittar Arantes para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39;

nomeando José do Carmo Paula para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13;

nomeando Luciano Amaral Soares para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05;

nomeando Orlando Melo Bueno para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05;

nomeando Patrícia Gonçalves de Carvalho para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05;

nomeando Paulo Tadeu de Moraes para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05;

nomeando Silvânia Ferreira Gonçalves para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23.

Nos termos da Resolução n° 5.100, de 29/6/91, assinou o seguinte ato:

nomeando Luciana de Oliveira Lucas Gomes para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa.

Nos termos da Deliberação da Mesa n° 269, de 4/5/83, c/c as Leis n°s 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa n°s 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, e 1.389, de 6/2/97, e a Resolução n° 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

exonerando Bruno Santana Borges do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete do Deputado Geraldo Santana, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

AVISO DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação n° 2/97

Em 19/2/97, o Sr. Presidente autorizou, com base no art. 24, VII, da Lei n° 8.666, de 1993, a contratação de serviço de engenharia para instalação de usina geradora de energia elétrica de emergência à MS Geradores Ltda.
